

===== **ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA TEMÁTICA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM DEZASSEIS DE JANEIRO DO ANO DOIS MIL E QUINZE:** =====

===== *Aos dezasseis dias do mês de janeiro do ano dois mil e quinze, pelas dezoito horas, na Escola Básica EB Comendador Ângelo Azevedo – S. Roque, reuniu, em Sessão Temática, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sobre a Presidência do Senhor **Dr. Jorge Manuel Freitas de Oliveira e Silva**, Secretariado pelos Senhores **António Luís da Fonseca e Grifo** – Primeiro Secretário e **Helga Alexandra Freire Correia** – Segunda Secretária e cuja Ordem de Trabalhos era a seguinte:* =====

===== **Ponto único:** *Programa Aproximar a Educação.* =====

===== **Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:**=====

===== **Do Partido Social Democrata (PSD):** *António Manuel Alves da Costa Rosa, Ana Maria Ferreira Alves da Silva Neves, António da Silva Xará, José Francisco Brandão Oliveira, José Domingos Campos da Silva, Carlos Manuel Costa Gomes, José Filipe da Silva Carvalho, António Castro Alves da Cruz, António Filipe Costa Valente Almeida Ferreira, António Ilídio Martins Godinho, António Manuel Fernandes Aguiar, André Lourenço Pereira Ribeiro e José Rodrigues Santos.* =====

===== **Do Partido Socialista (PS):** *Carlos Manuel Afonso de Bastos Oliveira, Bruno Armando Aragão Henriques, Helena Maria Dinis dos Santos, Manuel José Tavares Soares, José António Domingues Marques Lourenço, Ana Sofia Ferreira Pinho, José Manuel Marques Ribeiro, José Ramos da Silva, Rui Jorge Duarte Rios Santos Rocha, Pedro Luís Paiva Dias, António Marques Silva, Rui Jorge da Silva Luzes Cabral, Bernardo Amaro Moreira Simões, Simão da Costa Godinho, Armindo Fernando Martins Nunes e Agostinho Tavares.* =====

===== **Do Partido Popular (CDS/PP):** *António Pinto Moreira, Jorge Paulo de Melo Pereira e Jorge Fernando Rocha Pinto Paiva.* =====

===== **Independente:** *Augusto Moreira.* =====

===== **Ausência dos Membros:** *Carlos Manuel Pinho e Silva (PSD), Nuno Miguel Soares de Jesus (PS) e Cristina Maria Valente de Pinho (PS).* =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa verificou a identidade e legitimidade dos seguintes Membros: José Filipe da Silva Carvalho, que marcou presença nesta Assembleia para substituir*

a sua colega de Partido Ana Luísa Gonçalves Regala de Mendonça Humphrey; António Filipe Costa Valente Almeida Ferreira, que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de Partido Nuno Ricardo Fernandes Pires; António Ilídio Martins Godinho, que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de Partido Maria Helena Soares de Oliveira Lestre; e Rui Jorge Duarte Rios Santos Rocha, que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de Partido Ana Raquel Simões Teixeira, em virtude dos mesmos terem solicitado a sua substituição. =====

*===== **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 20º DO REGIMENTO)** =====*

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início à Sessão declarando: =====

===== Muito boa tarde. Em primeiro lugar queria saudar o professor David Justino, Presidente do Conselho Nacional da Educação, que simpaticamente se disponibilizou em vir até esta Assembleia Municipal para dar o seu contributo para que este seja um tema em que saíamos daqui mais esclarecidos e com noções bem definidas. E este seu contributo é realmente o de uma pessoa que, nesta matéria, é das grandes autoridades e insubstituível. Eu desde já, em nome da Assembleia Municipal, queria-lhe agradecer a sua disponibilidade e a sua simpatia em deslocar-se ao nosso concelho. Agradecer também ao Diretor do Agrupamento da Escola Dr. Ferreira da Silva, professor António Figueiredo pelo magnífico lanche e pela simpatia também que teve em receber-nos. Aliás, cobrar uma dívida, porque já no mandato anterior eu tinha prometido aqui uma Assembleia Municipal e estou a me penitenciar por isso: Um dia paga-se tudo; E hoje penso que saldei esta dívida, não só consigo como com o Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque que eu também aproveito para saudar. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimos Vereadores, Excelentíssimos Colegas da Assembleia Municipal, Senhores Deputados, Senhores Professores, Confederação e Associação de Pais aqui representada por Jorge Ascensão, FAPCOA – Federação de Associação de Pais do Concelho de Oliveira de Azeméis - Carlos Martins, Diretor do Agrupamento das Escolas de Loureiro – Vasco Vaz, Diretor do Agrupamento das Escolas de Fajões – António Camilo Pinho, fazendo estas apresentações e estas saudações e para não perder mais tempo, porque o tempo urge, eu vou de seguida dar a palavra ao Diretor do Agrupamento das Escolas Dr. Ferreira da Silva – Dr. António Figueiredo. =====

===== Boa tarde, é com prazer que vos recebo. Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal Dr. Jorge Silva, Excelentíssimo Senhores Secretários António Grifo e Helga Correia, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis Dr. Hermínio Loureiro, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho Municipal da Educação Prof. Dr. David Justino, Excelentíssimos

Senhores Deputados da Assembleia Municipal, Excelentíssimos Senhores representantes da CONFAP e da FAPCOA, Excelentíssimo público, Excelentíssima comunicação social, Senhoras e Senhores: Sejam bem-vindos à Escola Básica Comendador Ângelo Azevedo. É com particular alegria que a todos saúdo e recebo para a realização desta Assembleia Municipal Extraordinária subordinada ao tema “Aproximar Educação”. Começo por agradecer ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal Senhor Dr. Jorge Silva por, desta forma, ter cumprido com a vontade que, em data oportuna, manifestou de realizar nesta escola uma sessão da Assembleia Municipal. O concelho de Oliveira de Azeméis está na linha da frente na área da educação, aspeto este certificado em diversos estudos e, em projetos premiados e reconhecidos a nível nacional. O Agrupamento de Escolas Dr. Ferreira da Silva tem muito orgulho em fazer parte deste processo dinâmico na área da educação. Somos um agrupamento de Escolas cujo território educativo se estende por três (3) dinâmicas freguesias, Nogueira do Cravo, S. Roque e Cucujães; englobando oito estabelecimentos de ensino e que vão do Pré-escolar ao 12º Ano; portanto uma população escolar de 1500 alunos, mais de 150 professores e mais de 70 funcionários. Assumimos desde a primeira hora o combate público por uma educação de excelência, proporcionando aos alunos e à comunidade envolvente experiências relevantes e, inovadoras, abrangentes à realidade local e global. O caminho que percorremos centra-se naqueles que são a nossa razão de existir: os alunos. Neste Agrupamento de Escolas cada aluno tem sempre um nome e um rosto é olhado como indivíduo único e singular merecedor de toda a noção atenção empenho. Nunca nos demitimos ou desistimos de qualquer um deles e se somos rigorosos é porque o nosso compromisso para com eles e para com a sociedade assim o exige. E por mais difíceis que sejam as situações, nunca são para os profissionais que aqui trabalham motivo de desculpa mas antes motivo de desafio na procura de soluções inovadoras na construção de uma escola solidária e inclusiva. Esta escola aposta no cumprimento integral dos programas do ensino básico mas, para além disso, investe seriamente no desenvolvimento de projetos, de desenvolvimento de educativo no domínio da saúde, das ciências, do teatro, do desporto, da inteligência emocional e, da educação ambiental, a este nível, refira-se que somos o único Eco-Agrupamento do distrito. Isto é: todas as escolas do nosso agrupamento são distinguidas e certificadas pela ABAE – Associação Bandeira Azul da Europa e por isso temos em todas elas hasteada a bandeira verde. Pugnamos para que os nossos alunos tenham sempre presente no quotidiano o exemplo dos nossos patronos o Doutor Ferreira da Silva e o Comendador Ângelo Azevedo (autarca como a maior parte de todos vós) homens que souberam pelo seu esforço, trabalho e dedicação abnegados, deixar um importante legado de vida e obra. Educar significa abrir horizontes e preparar os jovens para o futuro. Um futuro que sabemos ser exigente e competitivo. Mas, sejam quais forem os desafios que o futuro reserve, devemos, em conjunto com a família, saber, transmitir aos jovens a nossa herança cultural a par dos valores como o valor da democracia, da solidariedade, da amizade, da tolerância e do sentido de cooperação, isto, por oposição a um mundo cada vez mais intolerante, mais competitivo e mais egoísta. A temática que nos aqui traz hoje é de enorme atualidade. Não quero portanto

substituir-me à discussão que, certamente será muito profícua e terá seguramente impacto no futuro. Quero deixar uma especial palavra de apreço por receber todos vós, é com um prazer pessoal muito grande e também de uma forma muito especial ao Senhor Dr. David Justino que também muito nos honra. Termino desejando que, se sintam bem e acolhidos em S. Roque e de forma especial aqui na Escola EB Comendador Ângelo Azevedo uma das oito escolas do Agrupamento de Escolas Dr. Ferreira da Silva e que, deste debate, resultem boas propostas para o nosso futuro como comunidade. Bem hajam. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Amaro Simões, Presidente de Junta de Freguesia de S. Roque. =====

===== Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor professor David Justino, caro professor Figueiredo, Senhor Presidente da Câmara, Vereadores, colegas, público, professores, boa tarde a todos. Queria só fazer uma pequenina caracterização da Freguesia de S. Roque: Dispomos de uma área de 7,1Km² e 5.228 habitantes, área predominantemente urbana, recenseados 4619, elevada a Vila a 30 de junho de 1989, geminada com Souzarc, Mussidan, França. Como instituições de solidariedade social temos um Lar/ Centro de Dia e um Centro Infantil. Dispomos de diversas associações desportivas, recreativas e culturais. As nossas atividades económicas, ou seja, indústria, comércio e serviços: predomina o calçado e marroquinaria, moldes, colchões, imobiliárias, comércio grossista e a retalho; temos serviços bancários, correio, centro de saúde, farmácia e 4 clínicas. Temos 366 empresas, pequenas e muito pequenas, cerca de metade afetas ao calçado e afins, dando emprego a 71% dos trabalhadores condicionando toda a economia local. Total de trabalhadores 2284. Isto preocupa-me porque há 12 anos, 13 anos, tínhamos 3500 trabalhadores e perderam-se neste espaço de tempo, desde a fundação desta escola se quisermos, 1200 trabalhadores só na indústria do calçado. Temos um desemprego muito abaixo da média nacional, 8,2%. Não dispomos de nenhuma Zona Industrial; Esperemos que este ano possamos dar o pontapé de saída de modo a impedir a saída de algumas boas empresas e atrair empresas inovadoras alternativas diversificadas, pois dependemos excessivamente do calçado. Isto de viver em mono indústria é muito delicado. Rede de água ao domicílio, 82%. Rede de saneamento básico 50%; com tratamento, no entanto, só 20%. Dispomos de Escolas e Jardins-de-infância: este Centro Escolar como professor Figueiredo já referiu e uma Escola em Bustelo. Trata-se de equipamentos escolares exemplares. Exemplares. Esta Escola que, em 2001, vi nascer é um espaço modelar. Este Centro Escolar dignifica a Educação, mas também S. Roque e o seu Município. Uma palavra de reconhecimento muito grande ao seu patrono, Comendador Ângelo Azevedo, que moveu montanhas para que esta escola fosse possível, ao seu Diretor professor António Figueiredo e toda a direção, professores, alunos, pais, funcionários, a todos os que têm contribuído para o bom desempenho desta escola e para o sucesso dos alunos: Muito obrigado e parabéns. Posso dizer que esta é também a minha escola: Com ela rejubilo quando tudo corre

bem; Por ela sofro quando alguma coisa corre mal. A sul, como escola de proximidade, resiste com grande empenho dos pais e bairrismo dos moradores o Polo escolar de Bustelo com 1º Ciclo e Jardim-de-infância, que serve também parte do território de Pindelo. Aproximar a Educação: Não quero abordar o tema, de qualquer forma, também, como não vou falar mais aproveitava para dar a minha reflexão: O tema desta Assembleia Extraordinária temática “Aproximar a Educação”, com todas as interpretações que este conceito possa acalantar merece a melhor das atenções. Sou, por princípio, adepto da descentralização e da subsidiariedade. Pensar global e agir local também a educação trará otimização e eficiência de recursos. Constatamos com preocupação e desconforto que os professores, individualmente ou através das suas instituições, se revelam apreensivos e na sua maioria contra, sustentam com a manifesta falta de confiança nos autarcas e nas suas Câmaras Municipais, argumentam como maus exemplos de contratação e gestão de recursos humanos oferecidos pelos municípios noutros parâmetros. Restam os equipamentos e o pessoal administrativo e auxiliar sem capacidade de reivindicação, mas igualmente necessário. Uma reforma assim afigura-se coxa; Inquinada pela oportunidade em que é apresentada, em fim de ciclo, parece uma fuga para a frente. Há também muitas câmaras municipais que levantam muitas reticências ao processo. No entanto, sejamos prudentes e realistas. Preparemo-nos para os efeitos da Lei 75/2013. Por piores ou melhores razões, com maior ou menor impacto, esta proposta vai fazer o seu caminho. Também as propostas de Agrupamentos foram muito contestadas. A seguir, as propostas de Mega- Agrupamentos mobilizaram milhares e milhares de professores para a contestação. As demonizadas provas de avaliação, seleção de professores, com mais ou menos cedências consolidaram-se e ai estão. Manda quem pode, obedece que deve. É neste registo que estamos. São as consequências da suspeição e da desconfiança da política, nacional e local. Há pois que, ponderar, refletir e intervir nas causas deste crescente descredito que nos consome e corrói um dos pilares mais nobres da democracia. As Autarquias Locais - Câmaras Municipais - exaltadas e sublimadas outrora por uns, depreciadas e denegridas agora para outros. Acredito, no entanto, que, as populações que beneficiarem de Autarcas dedicados, justos, atentos e imparciais, poderá ser uma oportunidade ganha. Por outro lado, as Autarquias que se imolam ao interesse, ao amiguismo, aos partidos, reverão mais uma oportunidade sacrificada e perdida. Há no entanto problemas menores que uma educação de proximidade poderia desde já resolver, antes que se inicie ou consolide qualquer mudança, dava três exemplos: Não faz sentido que numa Escola ou Centro Escolar haja funcionários dependentes de cinco ou seis entidades diferentes, desde logo, com dignidade, estatutos e carga horária diferentes: Uns são de primeira, porque são do Ministério da Educação; Outros de segunda, porque são da Câmara Municipal; Outros são da Escola; Outros da Junta de Freguesia; Outros tarefeiros; Outros do Centro de Emprego; Outros das Associações de Pais. É gente a mais, numa Escola só. Uns, com todos os direitos e garantias; Outros, precários a 100%. Afetos á escola estão funcionários da Junta de Freguesia que estabeleceram, em tempos, protocolos com a Câmara Municipal para acolher a componente “Apoio à Família – prolongamento horários escolares” contratados para

o efeito. Não foi prevista a extinção de lugares, ameaçados pela diminuição de alunos: Despedem-se estas auxiliares? Com que recursos? Serão internalizadas pela Câmara, ou descartadas? Terceiro ponto, que me parece mais delicado, mas que queria refletir também: é necessário ponderar alguns ajustamentos no Agrupamento de Escolas de S. Roque/ Nogueira do Cravo/ Cucujães: Como explicar aos alunos, ou aos professores e pais de Bustelo a sua dependência e pertença do Agrupamento de Cucujães, a quilómetros de distância, quando a sede do Agrupamento Ferreira de Castro está fisicamente implantada no seu território como sabemos? Com igual embaraço deve ser difícil explicar em Pindelo, que a sua escola e os seus alunos estão formalmente dependentes da escola de Fajões, a vários quilómetros, quando a sede do Agrupamento Ferreira de Castro; Mais, uma Junta de União de duas Freguesias tem de gerir a pertença a dois Agrupamentos. Já falei com o professor Agostinho, peço desculpa em meter-me nisto. Não é fácil. Convenhamos que não é prático. Promover uma escola de proximidade é também ter em conta e ponderar estes reparos, acertos, ou ajustamentos, de modo a que todos nos sintamos e vivamos verdadeiramente as escolas, não só o edificado, mas toda a sua envolvência. Como as nossas Escolas. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, Dr. Herminio Loureiro. =====

===== Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, meu caro professor David Justino - Presidente do Conselho Nacional de Educação, Senhor Presidente do Agrupamento – Dr. António Figueiredo, Senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque, Senhores Vereadores da Câmara Municipal, Senhores Membros da Assembleia Municipal, Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, demais convidados da área da educação que estão cá em grande número, minhas senhora e meus senhores. Eu vou ser muito breve. Pedia ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que a intervenção destinada à Câmara Municipal fosse feita pelo senhor Vereador da Educação professor Isidro Figueiredo que é quem desde a primeira hora tem acompanhado a par e passo todo este processo. E por isso, eu queria também agradecer a hospitalidade do senhor Diretor do Agrupamento. É sempre um prazer e uma honra enorme visitar esta escola. E dizer que, para discutir – Educação, foi uma feliz escolha por parte do Senhor Presidente da Assembleia Municipal ter escolhido este Agrupamento. Até porque, havia, como disse e bem, essa dívida antiga para saldar em fazermos aqui uma Assembleia Municipal e fazendo na escola nada melhor do que discutir Educação. E portanto, dizer-lhes que nós estamos perante novos desafios, o Senhor Amaro Simões já aqui o disse, naquilo que diz respeito à Lei 75/2013, que foi também já objeto de acordos de execução com as Juntas de Freguesia, com as 12 Juntas de Freguesia do Município de Oliveira de Azeméis. Mas naturalmente que a Lei 75/2013 tem uma série de desafios e oportunidades. Nem todos felizes mas procuraremos naturalmente ajustar às realidades de cada concelho, de cada freguesia e também de cada setor. Ontem mesmo o Conselho de Ministros aprovou um novo projeto que tem

a ver com a descentralização em quatro áreas, a saber: a Educação; a Saúde; a Segurança Social; e a Cultura. Nós no Município de Oliveira de Azeméis o processo que temos mais avançado, que temos em marcha e que estamos em negociações com o Governo é na área da Educação. E não está em cima da mesa, nem na questão da saúde, nem na questão da segurança social, nem da cultura, neste momento, qualquer trabalho feito com estas áreas setoriais. Dizer também que, a discussão política, não se esgota nesta Assembleia Municipal. Do ponto de vista político, o Executivo Municipal há de também a seu tempo discutir esta matéria. Naturalmente que importava também ouvir a Assembleia Municipal e aqui estaremos na primeira fila, os Senhores Vereadores, estaremos atentos a tudo aquilo que aqui for dito para, em posteriores reuniões e decisões que possamos vir a tomar, tomarmos em boa conta os contributos, as sugestões, as críticas que a própria Assembleia Municipal possa fazer a este processo de descentralização. Uma única questão que gostava de colocar: O professor David Justino já foi o “dono” daquele edifício célebre da 5 de Outubro, não é só na 5 de Outubro, também há na Infante Santo e há noutros locais. Mas eu há muitos anos que ouço dizer que, muita coisa corre mal no setor da educação em Portugal porque há um demasiado centralismo, nomeadamente no edifício da 5 Outubro. E, eu acho que, este processo de descentralização pode, de alguma forma, também ultrapassar e mudar este paradigma que é: Efetivamente deixa de haver a desculpa da 5 de Outubro e o poder está mais próximo das pessoas, mais próximo das escolas, mais próximo dos alunos, dos professores, dos pais e não há esta “desculpa” que muitas vezes é dada - é o centralismo da 5 de Outubro; a burocracia instalada na 5 de Outubro que não deixa fazer; que não deixa criar mais uma turma; que encerra mais um curso. E, essas coisas, na minha opinião, serão melhor decididas se forem decididas num registo de maior proximidade ao local. E por isso, é que nós em Oliveira de Azeméis nunca olhamos para este processo de descentralização como uma ameaça, mas sim como uma oportunidade. E é nesse contexto que cá estamos. E hoje demos mais um passo. Depois de reuniões de trabalho com os Agrupamentos, com os Pais, com os Presidentes de Junta: Temos discutido este processo de descentralização na área da educação; Temos também recolhido muitas sugestões; Temos tomado nota das críticas; Já recebemos um conjunto de professores que se manifestaram na rua e o Senhor professor Isidro Figueiredo recebeu-os no seu Gabinete; Já reunimos com os sindicatos; Portanto temos procurado ouvir todas as pessoas que estão interessadas e são muitas. Porque nestas matérias e se há área que tem de ser tratada com pinças e com todo o cuidado, é a área da educação porque estamos a falar do futuro. E sem boa educação não temos o futuro assegurado. E aquilo que nós queremos é que o nosso futuro seja promissor e que este Município continue a ser a manter elevado os índices de competitividade. Portanto, estaremos bem a tentos a tudo aquilo que se passar durante o dia de hoje. Muito obrigado, Senhor Presidente. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente do Conselho Nacional da Educação, Prof. David Justino. =====

===== *Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis os meus cumprimentos e, o agradecimento, também, o reconhecimento pelo convite que me dirigiu. Senhores Deputados Municipais, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, minhas senhoras e meus senhores. Eu vou tentar não me alargar muito no tempo e permitir que, através das perguntas e respostas, nós possamos depois desenvolver aquilo que vos preocupa e, de certa forma, não sei se terei resposta para tudo, mas, tanto quanto possível, tentarmos encontrar aqui e mais importante do que arranjar problemas é arranjar soluções. E esta é a minha preocupação. Não obstante ser Presidente do Conselho Nacional da Educação, eu agradecia que não me vissem nessa qualidade. Porquê? Porque o Conselho Nacional da Educação ainda não tomou posição pública sobre este tema. Vamos fazer, no próximo mês, em Aveiro, precisamente, um seminário sobre descentralização educativa. Esperamos que desse seminário possamos recolher informação e de certa forma avaliar as diferentes posições, porque vamos lá ter todos os parceiros representados e todos vão ter palavra, quer os mais defensores, quer os mais críticos. E portanto, como Presidente do Conselho Nacional de Educação, eu não poderia falar muito em nome dessa qualidade. Portanto, entendam as minhas palavras mais na qualidade de cidadão e, acima de tudo, na qualidade até de professor universitário e investigador neste domínio onde tenho vindo a trabalhar em colaboração com muitas escolas e com muitos municípios sobre instrumentos de qualificação do processo educativo. E, portanto, é nessa qualidade que eu gostaria que me ouvissem. Porque isso também me dá mais liberdade para emitir opinião que, apenas vincula a mim, não vincula o Conselho Nacional de Educação. A primeira pergunta que deveremos colocar é: Descentralizar para quê? Eu julgo que esta finalidade, só pode ser uma; É permitir que os nossos filhos, os nossos netos possam ter melhor educação, ter melhores aprendizagens e se possam constituir como uma geração que consegue ir para além daquilo que nós fomos. Só assim tem sentido. Se nós entendermos o processo ou o instrumento que é a descentralização, num instrumento como distribuição de poder: Não nos serve para nada. Porque o poder só tem sentido se for utilizado para resolver problemas. Se o poder é um mero ritual de afirmação deste contra aquele, muito sinceramente, eu aí não entro. E falo, - voltando à minha reserva inicial, na qualidade de quem fui Autarca, fiz dois mandatos como Vereador na Câmara Municipal de Oeiras, como Deputado Municipal também fiz ainda um mandato; como Deputado na Assembleia da República, como Ministro que fui durante quase dois anos e meio e como cidadão que se interessa precisamente e que tem filhos também. Eu costumo dizer que tenho dois filhos únicos: Um de 36 e outro de 12. E, portanto, tem essa vantagem, é que eu sei como é que eduquei o primeiro e estou a tentar perceber o que é que eu tenho de mudar para educar o segundo. O primeiro: Sempre fez o seu percurso numa escola pública, que era uma escola que eu conhecia muito bem, que eu sabia quem eram os professores que lá estavam. E não tive problemas nenhuns em dizer: “Escola pública”. E o segundo: Em que eu tive, precisamente porque eu não sabia quem eram as pessoas que estavam à frente da escola que estava próxima de mim; tive de recorrer a uma escola associativa, sem fins lucrativas, um pouco mais afastada da minha casa do que era a outra: E isso levou-me,*

precisamente, até, a comparar como é que eu eduquei um e como é que eu educo o outro e como é que um se desenvolve e o outro. Isso permite-me também pensar que, nesta diferença de praticamente 25 anos, há diferenças enormes. E há diferenças enormes, na forma como se ensina, na forma como se aprende mas também em toda a envolvente. E portanto é natural que, perante estas diferenças que se passam dentro do seio da escola mas que se passam também no seio da sociedade, nós nos questionamos a dizer: Qual é a melhor forma que temos para podermos ensinar melhor, podermos capacitar melhora estas novas gerações? Portanto, essa é a minha preocupação. E acho que todas as opções que fizemos, não podem ser concebidas fora deste quadro. Porque se nós perdermos este rumo, perdemos também aquilo que são, no fundo, guerras de poder ou guerras de afirmação que têm devastado uma grande parte da educação em Portugal. Portanto, a conflitualidade que existe no sistema educativo é algo que: Eu gosto do conflito, principalmente quando o conflito dá bons resultados; Agora, o conflito que destrói o valor: Esse não gosto. E é isto que nós temos de ver. Portanto, saber até que ponto é que temos a ganhar todos com isto ou não. A segunda questão que deveríamos colocar é: Descentralizar, porquê? E este porquê tem em grande parte a ver com duas coisas ou três. Primeiro: O cadastro histórico da descentralização. Em educação não é um cadastro limpo. Não é um cadastro limpo. Historicamente conhece duas experiências de descentralização, uma nos anos oitenta do século XIX, promovida por Rodrigues Sampaio, e outra durante a República, que, não deram bons resultados. E há que dizer isto. Também é necessário dizer que, também, nos anos oitenta, já do século XX, houve um processo não foi de descentralização mas foi de delegação de competências sobre o 1º Ciclo em que o poder local foi pura e simplesmente aldrabado. Foi um processo que levou, precisamente, a que os Municípios durante muitos anos tivessem desconfiado, e com toda a razão, da forma como se fazem determinado tipo de delegações de competências. O estado em que estava o parque escolar, nomeadamente o 1º Ciclo que foi transferido para as Autarquias, era um estado deplorável. E o grande problema é que as próprias Autarquias também estavam orientadas para outros quadros de atuação, nomeadamente de infraestruturação, a promoção, a capacidade de atração de investimento, de instalar unidades industriais que pudessem absorver o emprego. E quando falo em infraestruturas, falo das infraestruturas de saneamento, de habitação, rodoviárias. Portanto, esse era o quadro. Porque na verdade o estado em que isto estava na década de oitenta, era um estado deplorável em todos os sentidos. E portanto, o grande problema da prioridade que foi dada; foi dada precisamente a esse tipo de infraestruturas. O grande problema é que também, a maior parte dessas infraestruturas, não obstante eu ter registado aquelas taxas de cobertura de saneamento básico que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia citou aqui, mas no fundamental a infraestruturação está feita na maior parte dos municípios. E em alguns casos até com infraestruturas a mais do que aquilo que seria necessário. Portanto é natural que os próprios municípios comecem a pensar muito seriamente, que podem desenvolver outras atividades fora deste meio tradicional e que podem ajudar as suas comunidades a encontrar soluções para os problemas na saúde, na educação, no ambiente, etc..., etc.... Portanto,

nomeadamente quando têm os municípios neste momento uma capacidade de gestão e know-how que não na educação, reconheço, mas no que diz respeito à administração pública e local que não se tinha nos anos oitenta. Comparar câmaras, que hoje existem, com aquelas que existiam há 30 anos atrás, ou aquelas que existiam há 100 anos atrás, não tem comparação nenhuma. Não tem comparação nenhuma. Não vale a pena. Só a ignorância é que pode permitir meter tudo no mesmo saco. E é nesse sentido, que há um potencial de coordenação de ação de certa forma de parceria, que é um potencial que nós devemos colocar o problema: Pode, ou não; Deve, ou não, ser aproveitado? Segundo aspeto que eu julgo que é relativamente importante: Relativamente a este problema da descentralização, tem a ver com as próprias dificuldades que o Estado e o Governo Central têm em lidar com determinado tipo de assuntos. Há uma velha máxima que, nós utilizamos muito, eu utilizo muito junto com os meus alunos, quando nós dizemos que o Estado – Nação, o Estado Nacional tal como nós o conhecemos, tem um problema grave de há vinte anos para cá. Esse problema grave é que, tornou-se muito pequeno para resolver os grandes problemas da Humanidade, ou seja: nenhum Estado por si só consegue resolver o problema do terrorismo; nenhum Estado por si só consegue resolver o problema do ozono; nenhum Estado por si só consegue resolver o problema das catástrofes naturais, ou o terrorismo, ou o tráfego de droga. Nenhum. E portanto isto revela que os Estados Nacionais têm limitações na capacidade de desenvolver aqueles que são os grandes desafios, os grandes problemas, da humanidade. Mas, ao mesmo tempo, são Estados excessivamente grandes para resolver os problemas do cidadão. Porquê? Porque têm uma carga burocrática de uma dimensão que não consegue chegar cá abaixo, precisamente por isto: É aquilo que nós dizemos: Há aqui uma desadequação de escala. Aquilo que se tem verificado de há dez, quinze, anos para trás, é precisamente um ajustamento no conceito e na estrutura do Estado que nós entendemos mais adequado, e, portanto, é natural que o Estado tenha perdido algumas competências e poderes para organizações transnacionais: Nós perdemos para a Comissão Europeia; Perdemos para o Banco Central Europeu; Perdemos para a ONU; Perdemos para um conjunto de decisores que estão fora das nossas fronteiras. E há aqui um fenómeno - que eu diria - que é um fenómeno de transnacionalização. Mas, ao mesmo tempo, precisamos de transferir para níveis mais próximos do cidadão determinado tipo de decisões, porque o Estado claramente não o consegue fazer bem. E é nesta perspetiva que eu julgo que a educação se insere. E portanto, esta é a razão por que é que se coloca o problema da descentralização. É o ajustamento que é necessário fazer face ao potencial que existe de um lado e face às dificuldades que o Estado Central tem por outro. Eu considero também que ninguém centraliza por vontade própria. Porque, ou se descentraliza por pressão dos níveis mais baixos, ou, então, por incapacidade. Eu acho que há aqui as duas coisas. Até há muito mais incapacidade do que propriamente... Eu como passei precisamente pelos diferentes níveis; O meu currículo permite-me dizer que passei por eles todos; Só não fui Presidente de Junta de Freguesia, pode ser que um dia ainda o consiga ser; vamos ver. Mas tem em grande parte a ver com isto. A educação é um dos domínios em que nós temos de fazer uma opção. A conceção salazarista tradicional é de que a educação é

um serviço público assegurado pelo Estado Central. E isto em grande parte decorre do poder de doutrinação que o próprio Estado Novo concebia para aquilo que queria da educação. Ou seja: a educação era a forma de controlar, moralmente e politicamente, as novas gerações. Sempre foi essa a pretensão. E essa centralidade excessiva, nós somos dos países mais centralistas na área da educação juntamente com a França e pouco mais, levou precisamente a que nós somos um caso excepcional dentro do quadro Europeu. Somos dos sistemas mais centralizados, em termos de sistemas educativos, que existem na Europa. E o problema que se põe é: se nós queremos manter isto ou não queremos manter isto? A tradição é o que é. É uma tradição centralista. Agora o problema é saber, se os cidadãos, se as comunidades locais, têm, ou não têm, vontade; têm, ou não têm, o dever de se responsabilizar pela educação dos seus filhos? Esta é a pergunta fundamental. Ou seja, nós queremos uma escola que seja uma repartição tipo repartição de finanças que apenas presta contas ao que está em cima; ou queremos uma escola que seja uma escola como expressão da comunidade que presta contas aos seus próximos: Pais; Autarcas; Comunidade em geral e que se integre dentro dessa comunidade? E portanto esta é uma opção que temos de fazer. Se queremos uma escola que seja uma repartição do Ministério da Educação? Tudo bem. Legalmente é isso que acontece, ou seja, uma escola pertence aquilo que nós designamos de - Administração Descentralização do Estado; enquanto que uma Autarquia, é Administração Local, é um tipo de administração completamente diferente em termos do Direito administrativo. E isso é uma opção que não é fácil. E não é fácil porquê? Face ao cadastro existente, ou seja: há desconfiança; as experiencias anteriores não foram as melhores, devíamos aprender com elas. Mas isso não obsta que, ao aprendermos com elas, que não as retomemos. E é nessa perspetiva que eu julgo que, todo o processo de descentralização da educação deve ser muito cuidado e muito ponderado. Em primeiro lugar, porque não deve contribuir para arranjar um outro problema, um novo problema. A educação já tem problemas que chegue. E portanto estamos cá para resolver problemas e não para acrescentar problemas. E julgo também que deveremos dar pequenos passos. Ou seja, a ideia de querer descentralizar como uma grande reforma: Eu aconselho a não ser tão entusiasta. Porquê? Porque temos todos a aprender com isto. Vamos ter todos que aprender com isto. Não há, em Portugal, soluções pré-concebidas, avaliadas, ponderadas que nos permita dizer: Vamos fazer assim. Não. Até atendendo à diversidade das situações, nós temos de promover alguma diferenciação, para que possamos depois dizer quais são os melhores caminhos, quais são os melhores modelos. É óbvio que neste processo que está a ser proposto, a margem de flexibilidade tem de ser elevada e não se deve pretender conceber o modelo e impô-lo a todos por igual. Porque só temos a ganhar em que os modelos numa base comum mas que possam ser diferenciados nas soluções. Quantos Agrupamentos é que têm aqui em Oliveira de Azeméis? – Cinco Agrupamentos. Mais de metades dos municípios em Portugal, não têm mais do que um Agrupamento por Município. Basta isto. Almada tem 17 ou 18 Agrupamentos. Vila Nova de Gaia tem 16 Agrupamentos. Oeiras tem 7 ou 8. Amadora tem 14. Há situações muito díspares. Portanto, convém ponderação precisamente para ver que muitas das vezes o que é bom para Oliveira de Azeméis, não é necessariamente

bom para Constância, para Óbidos, ou para outro sítio qualquer. Este princípio julgo que é: Em primeiro lugar: ter consciência que estamos a aprender. E portanto o processo de monotorização até deve ser bem concebido precisamente para que, possamos tirar ilações, possamos recolher informação que nos ajude a corrigir em voo (porque no fundo estamos em voo) as rotas que eventualmente tenham sido adotadas. Por outro lado, eu acho que há um princípio bom: é que não vale a pena impor soluções. A experiência que nós temos é que quando os atores envolvidos não estão lá de boa vontade e não têm confiança na solução: O risco de isso dar mal tem de ser muito elevado. E portanto tem de ser algo, que tem de ser explicado, tem de ser debatido. A pior coisa que podia acontecer é cairmos num debate ideológico que leve ao extremar das posições: - Aí isto tem de ser assim. E outro: - Não; - Não tem de ser assim, tem de ser assado. Se for assim, nunca mais lá chegamos. Portanto: é sentar à mesa. E neste processo de negociação eu tive a oportunidade de falar com muitos presidentes de Câmara, alguns deles trabalham já há muitos anos comigo, e aquilo que eu lhes disse é o seguinte: Concordas ou não concordas com o princípio da descentralização? - Ai, concordo. Então, pronto. Agora, vais para a mesa e vais negociar. E portanto, tendes de defender o que o bom para o teu município e o que bom para os teus alunos e para os teus militantes ou para os teus cidadãos. Isso é que é importante. Vais defender o município. Vais defender a tua comunidade. Portanto, as pessoas confiam em ti, deram-te o mandato precisamente para negociares da melhor maneira. Agora, o que é verdade é que, quer da parte do ministério, quer da parte dos municípios, não há experiência. Nós estamos a caminhar aqui um bocado à vista, porque não há experiência. Eu acho piada porque, felizmente, quer em assembleias municipais, quer em executivos municipais, quer mesmo nos quadros técnicos das autarquias tem havido um crescimento excecional de pessoas que de alguma forma estavam ligadas a educação, nomeadamente professores. O nosso Vereador foi meu colaborador, precisamente, no CAE de Aveiro. E fez um excelente trabalho. E é professor. E portanto não há muita gente que tenha, a experiência que o professor Isidro tem, neste particular domínio. E isto confere ao município um poder de negociação que há muitos que não o têm. Eu não vou perguntar aqui quantos professores são deputados municipais. Mas eu aposto que há alguns. De há, quinze, vinte anos para cá que isso se tem vindo a acentuar, os professores tem uma representação dentro dos quadros municipais cada vez maior. Então, de que é que estamos à espera? Isso surpreende-me. É que: quando uma pessoa está a dar aulas (desculpem o termo) é um tipo porreiro; mas quando é diretor da escola ou passa a vereador ou deputado municipal é inimigo. Não percebo isto. É a mesma pessoa, tem o mesmo conhecimento, a mesma experiência. Mas como muda de posição, muda de papel, passa de amigo a ser inimigo. Eu não percebo. Eu acho que, é um capital muito importante o facto de haver professores representados nos órgãos municipais, representados nos executivos. Isso é bom. Porque melhor do que ninguém sabem o que é que se passa na escola e melhor do que ninguém pode ajudar as próprias escolas a encontrar as soluções. Portanto, eu estou aqui a dizer isto e devia ter dito logo ao princípio: sempre defendi o processo de descentralização. Não é por acaso, na altura em que fui ministro tive a oportunidade de aproveitar para cria os Conselhos

Municipais de Educação e, criar as Cartas Educativas e tínhamos mais coisas em carteira que depois acabaram por não sair e algumas delas ainda estão em carteira. Mas não sou eu de certeza que as vou aplicar. Agora, o que é importante aqui é que nós temos aqui uma barreira e essa barreira fundamental é uma barreira de confiança. Esse é que é o ponto fundamental, porque andamos todos a desconfiar uns dos outros. Eu acho que os nossos filhos e os nossos netos não têm culpa de a gente desconfiar uns dos outros. Devemos pensar isto muito seriamente. Devíamos eliminar alguma dessa desconfiança. Eu acho piada, quando ouço alguns argumentos a dizer: - Bom, isto vai ser uma desgraça porque os presidentes de câmara são uns caciques. Os maiores caciques que eu conheci na vida, foram membros do governo. Já para não falar nos corruptos: quando vêm com aquela - dos presidentes de câmara têm muita corrupção, não é? - Depois, só escolhem os amigos. E eu pergunto: E lá em cima, como é que é? Sinceramente, eu não percebo este tipo de discurso. Mas é um discurso que mina a confiança que deveria existir neste processo. E portanto, relativamente a estes aspetos gerais eu devo dizer que, não vamos cair naquela coisa que os autarcas são todos isto ou aquilo. Não. Os autarcas há excelentes autarcas, como é o Hermínio, e há autarcas que eu não recomendo. Mas também há ministros que eu recomendo e outros que não recomento. Até primeiros-ministros. Ouçam, não vale a pena estar a fazer este tipo de visão. Não vale a pena. Temos é um trabalho pela frente e vamos lá sentar à mesa e vamos lá a ver como é que se faz isto. Eu não quero entrar agora aqui em pormenores relativamente aos contratos. O decreto, foi aprovado ontem, com certeza que ainda tem de ir à presidência para ser promulgado. Conheço os contratos. A Última versão que eu conheço, significa um avanço muito grande relativamente à outra versão que eu tinha conhecido. Devo confessar, que quando vi aquela versão há três meses atrás, eu aconselhei algumas pessoas: “Olhe, não se meta nisto”. Porque, tal como estava, eu se fosse autarca, não assinava aquilo. Mas, agora, também estou a dizer, acho que houve uma progressão, houve um progresso – digamos assim, muito assinalável, acho que este documento é mais equilibrado. Pode haver pormenores. Mas, isso é aquilo que eu digo, é na mesa de negociação que se limam esse pormenores. Agora deixem-me dizer, para terminar, um outro princípio que é seguinte: Eu acho que temos aqui três instituições: Ministério da Educação, as Autarquias e as Escolas. Só pode haver uma entidade que perde que é o Ministério da Educação. Não podem ser os três a perder porque, então, não vale a pena. E eu julgo, na minha opinião, se há alguém que vai ganhar neste caso é o município, porque vai adquirir competências que antes não tinha. Mas que essas competências não sejam feitas à custa de perda de competências das escolas. E isso julgo que deve imperar o princípio, de que: Cada um faz aquilo que sabe fazer melhor; Cada um faz aquilo que sabe fazer melhor. Se o ministério não sabe gerir rede de transportes e serviço de transportes escolares: Não vale a pena o ministério meter-se nisso. Porque há quem saiba fazer isso bem, nomeadamente os municípios. Mas se, na contratação de professores, as escolas têm melhor conhecimento para o fazer do que têm os municípios: Eu não percebo porque é que se quer transferir contratação de professores para os municípios. Não vale a pena. E mais uma dor de cabeça que os municípios vão ganhar e uma

competência que as escolas perdem. Portanto, eu julgo que, por aí não deve acontecer isso. Embora, pense que, a solução que está apresentada, na última versão, permite precisamente essa separação, ou seja, o ministério continua a fazer a sua contratação. Eu devo confessar que entendo que se pode ir mais além. Mas é a minha opinião. Ou seja, eu julgo que seria possível fazer uma coisa muito simples, que é: Tudo que são contratos sem termo, neste caso, pessoal de quadro, digamos assim, devia manter-se o princípio do concurso nacional; Tudo o que são necessidades eventuais, transitórias ou provisórias de provimento para determinado tipo de lugares, devia ser dada às escolas. Acho que se devia ter aprendido com aquilo que aconteceu com do último ano letivo, o início, que foi centralizar aquilo que era uma competência das escolas. E portanto, nessa perspectiva acho que as escolas fazem melhor. Agora, querem-me dizer: Bom, mas depois há abusos. Eu achei piada porque, no fundo, eram escolas com autonomia e estamos a falar de quê? Trezentas e tal escolas. Descobriram, dois ou três casos de abuso, na seleção de candidatos. Então, eu por causa de três casos vou alterar a lei e o modelo, deixando as outras trezentas e tal escolas completamente à deriva? Porque eram estas as escolas TAPE, que estão inseridas em territórios mais complicados e as escolas com autonomia, com contratos de autonomia foi precisamente aquelas mais afetadas. Isso tem sentido? Sinceramente, um caso destes, eu sei que houve boa vontade, quem fez isto, fê-lo com boa vontade. Mas há coisas que às vezes boa vontade não chega tem de haver conhecimento, experiência e competência, porque a gente sabe que quanto mais complexos são os processos maior é o risco de eles rebentarem. E eu tenho experiência disso. Continuo a pensar que, o Modelo relativo ao problema da contratação de docentes deveria estar ou no ministério ou nas escolas, e não obstante os municípios terem o caso das contratações para as AEC 's, podem até diluir um bocado isso, pode-se gerir. Portanto temos aqui responsabilidades tripartidas. Desde que seja definido o que é que cabe a cada um, eu acho que, esse ponto é um ponto que deve ser salvaguardado. Agora, há um problema que eu julgo que é importante - eu disse há bocado, as escolas pertencem aquilo que nós designamos - Administração Descentralizada do Estado, os municípios pertencem aquilo que nós designamos - Administração Central. E portanto esta relação tem que ser contratualizada ao nível dos chamados contratos públicos entre organizações públicas. Mas não é possível arranjar situações de tutela, juridicamente não é possível arranjar soluções de tutela, de administração local sobre a administração descentralizada do estado. Portanto é um aspeto que os juristas: é bom ter um bom jurista, nomeadamente do código administrativo, que perceba isto. Porque, o que deve haver é colaboração de parceria não é tutela, são coisas diferentes. E eu ouvi alguns Autarcas, não foi deste Concelho - felizmente, a entender isto como uma relação de tutela sobre a escola. Aquilo que deve existir é uma relação de, articulação, planeamento, coordenação, envolvimento, mobilização de recursos visando aquela finalidade que foi a primeira pergunta que nós vimos: O que que nós podemos fazer para que os nossos alunos tenham melhores condições e melhores aprendizagens? Isto é que é o fundamental. E eu acho que nesse aspeto, se as pessoas se orientarem por esse propósito, eu estou convencido que é possível encontrar soluções. Por outro

lado, não esquecer, isto é uma experiência. Não há nenhuma alteração a aquilo que é o quadro profundo do sistema. É uma experiência em dez municípios no meio de trezentos e poucos. Não esquecer isto. E como experiência que é, tem um prazo bem delineado e tem que haver uma avaliação de como é que correu a experiência; O que é que aprendemos com aquilo? Agora, o que eu acho, face à contestação que eu ouço de alguns setores, dá a sensação que o medo deles é que a experiência tenha sucesso. E eu disse: “- Bom; - Vamos ver”. Eu acho que, temos de entrar de coração aberto, nestas coisas. Se há boa vontade: Vamos a ela. Este deve ser o princípio. Agora, se entramos em guerras de poder e em guerras de influências: Então, estragamos tudo. Porque, como eu disse:- este não é um tema fácil. Representa uma alteração profunda, no caso de ser generalizada a todo o sistema de ensino, relativamente aquilo que é o sistema de ensino tradicional que nos herdamos já do século XIX e do século XX fundamentalmente do Estado Novo. Portanto, todo o cuidado é pouco, precisamente porque estamos a aprender. Ou seja, não há nenhum modelo, nós vamos criar o nosso modelo. E portanto, muita atenção relativamente a isso. E, acima de tudo, eu também devo dizer o seguinte, porque às vezes as pessoas surpreendem-se com isso, eu, sinceramente, não tenho nada contra a existência de escolas municipais. Mais facilmente se entrega a licença para ensinar ou se financia uma entidade privada, do que se financia um município para o fazer? Então, querem-me dizer que algumas entidades privadas, que eu conheço, têm mais credibilidade do que tem um município? Uma escola do Ministério da Educação é uma escola pública. E se for uma escola Municipal, também não é uma escola pública? É. Por isso é que até admito que, os municípios se quiserem, podem querer escolas municipais. Porque não? Não está previsto na Lei? Mas, visando o futuro, qual é o problema? Porque eu acho que só ganhamos em ter diversidade de soluções. Agora, há aqui uma outra coisa que se fala na municipalização, que é a transição, o que é uma coisa diferente, que a tradição das escolas publicas do poder central para escolas municipais. Eu, sinceramente, acho que não é uma boa solução porque vai gerar mais anticorpos e vai levantar mais problemas do que aqueles que resolve. E nesse sentido que ao manter, digamos, esta arquitetura: é uma arquitetura que eu acho que é equilibrada. O último contrato que eu vi, pelo menos daquilo que eu vi e espero que seja aquela a última versão, é uma solução que eu acho que é equilibrada, é moderada e de certa forma eu acho que os responsáveis aprenderam um pouco com alguns exageros que vinham nas primeiras versões e, portanto, devo confessar que, tal como disse há uns meses atrás que eu não subscreveria um contrato daqueles, eu neste momento, também, tenho que ter a honestidade de dizer que se fosse autarca era capaz de subscrever o contrato, tal como ele está agora. Mas sempre naquela perspectiva que tem de haver boa-fé, boa vontade e, acima de tudo, disponibilidade para arriscar. Porque, quer queiramos, quer não, vai ser um risco. E, acima de tudo, tem de haver disponibilidade para conversarmos todos uns com os outros, entre professores, diretores de escola. A legislação sobre os Conselhos Municipais de Educação vai ter de ser alterada. Eu próprio fiz e reconheço que há muito tempo que ela devia ter sido alterada. As Cartas Educativas vão ter de ser alteradas. Vamos ter de ser mais ambiciosos,

relativamente às Cartas, criando Cartas de terceira geração ou de segunda geração, conforme queiram, em que os Municípios têm já know-how porque têm já a tradição dos Planos Diretores e portanto têm know-how que podem contribuir precisamente para fazerem planos de coordenação, de mobilização recursos. Eu acho que é isso porque, no fundo, há bolsa de saber e de competência repartidas. Qual é a ideia juntar estas bolsas, de forma, a que, sejam os miúdos que possam beneficiar mais, com esse contributo. Portanto, eu ficava por aqui e estava disponível agora para responder conforme entendessem. Muito obrigado. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi dito: =====

===== Muito obrigado, professor David Justino. Quero elogiar a sua intervenção porque foi simples e bateu no ponto que é o ponto da confiança, que é o que eu penso que neste momento está a servir de barreira para que estas coisas andem para a frente. São pessoas como o Senhor com clarividência e com o capital de confiança que o senhor doutor tem que fazem as coisas irem para a frente. Só lamento que, neste momento, as coisas não estejam a ser orientadas com essa clareza e com essa disponibilidade que o senhor doutor tem para fazer fácil, aquilo que parece um bicho-de-sete-cabeças. Eu, seguidamente, dava a palavra ao Vereador da Educação - Dr. Isidro Figueiredo. =====

===== Muito boa tarde. Começava por saudar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e seus Secretários, caro professor David Justino, caro professor António Figueiredo diretor deste Agrupamento, Senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, Membros da Assembleia Municipal, representante dos Pais (FAPCOA), minhas senhoras e meus senhores. Eu, em primeiro lugar, gostava de vos pedir desculpa por esta voz roufenha, fruto de, como dizem os antigos - "é fruta da época", estar bastante constipado. De qualquer maneira, gostava de partilhar convosco aquilo que é de facto o "Programa Aproximar a Educação" e sobretudo a vertente daquilo que está posto em cima da mesa, para o Município de Oliveira de Azeméis e que tem, como sabem, um historial no sentido de que estamos a falar de um processo que se iniciou sensivelmente em maio, início de maio, que teve uns primeiros documentos, não passaram de um projeto de intenções, que serviu naturalmente também para discutir algumas das orientações que vieram a ser traduzidas na primeira proposta de contrato efetiva que saiu no dia 20 de outubro e esta semana, como também já foi divulgado pela comunicação social, surgiu uma nova versão do contrato. Eu gostava de chamar atenção para este particular e agradecer de viva voz os contributos que o professor David Justino deu, hoje, aqui, no sentido daquilo que é a descentralização de competências e sobretudo de que a descentralização é uma antiga reivindicação de todos nós. E eu que estive também na direção das escolas sempre senti que havia esta reivindicação, no sentido de que há um princípio com que nós concordamos que é, o de que: Nós, localmente, conseguimos fazer mais e melhor com menos; E, eu diria: Pelo menos com o mesmo que até aqui é afeto à área da educação. E também, não é só fazer mais e

melhor, é responder melhor e mais eficazmente aquilo que são as reivindicações daquilo que é a nossa comunidade. E portanto criar, aqui, um projeto que seja capaz de ir ao encontro daquilo que são, efetivamente, as necessidades do território educativo. E também perceber, desde a primeira hora, que: havia pontos com os quais nós nunca iríamos concordar e, havia pontos também dos quais nós não iríamos abdicar. E se, a verdade que, hoje, nesta versão da proposta de contrato interadministrativo de delegação de competências, já não consta a questão dos professores na gestão municipal. Isso deve-se naturalmente também porque as Câmaras Municipais que estão envolvidas neste processo disseram, que não, que não faria sequer sentido que tal fosse enquadrado dentro deste processo. Mas também é verdade que esta questão levantou muitas críticas e algumas necessariamente justas, estas e outras questões que estavam evocadas nos anteriores documentos que foram conhecidos de todos. Agora, há uma questão também, prévia, que eu gostava de sublinhar: Nós sabemos o que queremos e sabemos para onde queremos ir. Temos consciência de que algumas experiências no passado não correram tão bem quanto isso. E também, como também aqui já foi referido, que, já no século XX, já em 1984, houve uma experiência que fez com que os Autarcas desconfiassem desta questão da transferência de competências para a área das Autarquias e que ainda hoje constitui o grosso das escolas do 1º Ciclo, embora tenha sido feito muito investimento na área da educação e de novos centros escolares mas, de perceber que, de facto, ainda estamos a pagar essa fatura, porque, na altura, não foram transferidas as correspondentes verbas, para fazer face às grandes carências que esses edifícios tinham. Também como questão prévia eu gostava de sublinhar que: Neste tempo, que decorreu, desde maio até aqui, é certo que às vezes com, algum tempo de espera, demasiado tempo espera mas porque não tínhamos novidades enquanto Autarquia e como o Senhor Presidente da Câmara aqui já o referiu, nós fizemos um conjunto de trabalhos junto da comunidade, junto das escolas, com os pais, encarregados de educação, com os senhores presidentes de junta, com os diretores, com os presidentes dos conselhos gerais; Estivemos várias vezes, nos conselhos gerais onde o assunto estava inscrito na ordem de trabalhos, ou, até, em conselhos gerais que se reuniram para debater esta matéria extraordinariamente apenas com esse ponto, ou, ainda, em reuniões gerais que foram realizadas nas sedes dos Agrupamentos e onde estava toda a comunidade e que colocaram muitas das questões, muitas das preocupações, algumas até de uma forma emotiva, no sentido de nós também termos algum sentido crítico e desconfiança. Mas não desconfiança naquilo que são as nossas convicções, mas naquilo que poderia vir sobretudo da parte do Governo e sobretudo naquela questão que diz respeito às desconfianças. Porque me diziam e eu aqui quero sublinhar, que: Negociar; porque estamos a falar de negociação e portanto estamos a falar num processo que é de avanços e de recuos, de cedências; Dizer que, como alguém me dizia numa dessas reuniões: “Negociar em tempos de crise, é muito difícil”. Porque há sempre a tendência, de quem está do outro lado, de querer vender gato por lebre ou ceder aquilo que realmente não interessa e não fazer a correspondente compensação. Portanto, desde o princípio, eu refiro, a nossa disponibilidade foi constante: Estivemos disponíveis também mesmo para esclarecimento

num debate, em particular, na comunicação social, na rádio Azeméis FM; Estivemos no encontro, que aqui também já foi referido, de professores que vieram entregar um abaixo-assinado à Câmara Municipal e onde colocaram as suas questões; Recebemos os sindicatos, em duas vezes, em julho e ontem mesmo estivemos reunidos com os representantes sindicatos de professores. E portanto este é um processo que, de facto, tem sido discutido, tem sido debatido. Mas também, eu gostava de sublinhar o seguinte: Nós estávamos a caminhar e estamos a caminhar, ainda, num processo que não está acabado. Porque foi dito, e foi entendido durante muito tempo, que: Nós já tínhamos, de certo modo, assumido o compromisso de assinar este contrato. E eu gostava de sublinhar, uma vez mais, que: Na negociação estamos numa versão, já, que, vai ao encontro de muitas daquelas que foram as nossas reivindicações; Mas, ainda, não estamos satisfeitos, queremos mais. E, ainda, queremos de alguma forma limar algumas arestas que ainda não estão claras; E que é preciso clarificar e perceber que, de facto, temos aqui caminho para andar na certeza, porém, de que, é um caminho que ainda não foi percorrido, é um caminho que ainda está a ser calcorreado, tem uma duração no tempo e que pode fazer história naquilo que será o futuro da educação em Portugal. Portanto, querendo, de alguma forma, sintetizar aquilo que já referi nesta introdução e procurando facilitar a intervenção e não perdendo mais tempo em outros detalhes estão aqui elencados, de alguma forma, aquilo que tem sido a nossa dinâmica de trabalho. Isto é um processo dinâmico, como dizia, “Programa Aproximar a Educação”, que se iniciou em maio, que teve duas vertentes, as negociações feitas com o Governo, com representantes do Governo, que teve também encontros com outros municípios que estão neste processo e vários encontros se realizaram, por exemplo, em Óbidos, relativamente a esta matéria com outros autarcas e também com responsáveis na área da educação e do ensino superior e também reuniões de trabalho, naturalmente, com aqueles, que estão diretamente relacionados, que estão implicados necessariamente neste processo, tendo sempre naturalmente a última palavra porque ele será objeto de ser sufragado, que são os representantes dos Conselhos Gerais e os diretores de escolas com quem temos vindo a trabalhar. Coloca-se uma questão, que é: De que é que estamos a falar? - Estamos a falar de um contrato interadministrativo de delegação de competências na área da educação e formação, do Estado para o Município e onde implica, naturalmente, a cedência de um conjunto de atribuições que estavam no Estado para o Local (Autarquias). O que é que é o objeto do contrato? Está aqui elencado, é a cedência ao nível das políticas educativas que passam para o Local (Autarquias): Administração Educativa, Gestão e Desenvolvimento do Currículo; Organização Pedagógica e Administrativa; Gestão de Recursos; e Relação Escola Comunidade. E aqui chamo à atenção, particularmente, para um dos anexos que é importantíssimo naquilo que diz respeito a este contrato para além, naturalmente, do texto do contrato e daquilo que são as implicações lá inscritas, que é: repartição de responsabilidades entre o Ministério da Educação e Ciência, Agrupamentos de Escolas, e, o Município é acordado através do que está inscrito na matriz de responsabilidades o chamado - Anexo II. E devo dizer, que, em reuniões de trabalho feitas com os diretores dos Agrupamentos e com os presidentes dos Conselhos Gerais,

nós já procedemos a um conjunto significativo de alterações que mereceu a concordância de todos. Mas, naturalmente, tem que ser revisto, tem que ser afinado, em face daquelas que as novas exigências desta nova versão do contrato. E portanto, voltaremos muito brevemente a reunir, para continuar este processo de acerto daquilo que é a matriz das responsabilidades. No princípio, também, de que nós queremos o reforço da autonomia e da responsabilidade da escola e aquilo que a escola faz, e faz bem, mas também de podermos ter em conjunto a capacidade de gerir, localmente, aquilo que é a área da educação em todas as suas vertentes. Portanto, o Município está não numa posição de domínio mas de parceiro capaz de encontrar as melhores soluções que satisfaçam aquilo que são as reivindicações, naturalmente, daquilo que é o funcionamento da escola e também daquilo que são as novas responsabilidades atribuídas ao Município. Quais são as características deste programa? Estamos a falar de um projeto-piloto. E portanto é experimental. Com uma duração limitada no tempo. Portanto, esta nova versão do contrato diz que são quatro (4) anos a que acresce o remanescente do presente ano letivo, ou seja, se o contrato for assinado a 31 de agosto, será o remanescente das horas que sobram do dia 31 e quatro (4) anos letivos seguintes. Portanto tem a duração de quatro anos escolares completos mais aquilo que remanesce deste atual. Inicia-se em 2015. E poderá ser convertido, ao fim desses quatro (4) anos completos (escolares) pode ser convertido em delegação sem termo. Portanto, é um processo gradual, poderá ser alargado, quer quanto aos Agrupamentos de Escolas a envolver, quer quanto às competências objeto de delegação. E neste capítulo, há aqui uma evolução. Porque, inicialmente, não estava previsto que houvesse esta possibilidade de alargamento, quer quanto ao número de escolas a envolver, quer quanto às competências objeto de delegação. São considerados documentos estratégicos para este processo de descentralização de competências a Carta Educativa, que já temos, e temos de revogar, e pela primeira vez aparece este documento que até aqui era identificado como – Projeto Educativo Municipal e que aqui assume uma outra dimensão como Plano Estratégico Educativo Municipal. E este Plano Estratégico Educativo Municipal contempla, o diagnóstico do Município, as linhas gerais de ação, metas e indicadores de melhoria de desempenho educativo, estratégias, atividades, recursos e respetiva calendarização. Portanto há aqui também um aspeto novo que não estava nas anteriores versões e que, agora, está inscrito nesta proposta de contrato. Relativamente à matriz das responsabilidades, já referi, portanto é documento que regula a delegação de competências entre o Ministério da Educação e Ciência e o Município e os Agrupamentos de Escolas. E, como referi, este documento trabalhado em conjunto com os Agrupamentos de Escolas pretende reafirmar - aquilo que já disse, que é: o reforço da autonomia e das responsabilidades assegurando um papel mais ativo na gestão educativa do Município. Passam a ser responsabilidade do Município as infraestruturas escolares até ao secundário. Porém, como sabem, no nosso Município nós temos duas Escolas Secundárias, que são escolas Escola Secundária Ferreira de Castro e a Escola Secundária Soares de Basto, que são propriedade da Parque Escolar. Portanto, ficam na mesma na Parque Escolar, ficam fora do Município. Todas as outras poderão ser transferidas para o Município. Porém, o contrato também permite que o

Município identifique algumas infraestruturas que estão a necessitar de serem reabilitadas e que, durante o primeiro ano de vigência do contrato, acorde um plano de reabilitação com o Ministério da Educação, fazendo as obras de reabilitação com dinheiro do Ministério da Educação ou, eventualmente, suponho que será também essa a leitura do próprio Ministério da Educação, recorrendo aos fundos comunitários para se poder fazer intervenções de fundo. No caso do Município de Oliveira de Azeméis temos, identificadas, claramente. E acho que por aquilo que foram as nossas diferentes reuniões de trabalho, estão claramente identificadas duas infraestruturas que são a Escola Básica e Secundária de Fajões e a Escola Básica e Secundária, sede deste Agrupamento, Dr. Ferreira da Silva. Portanto essas ficarão fora desta transferência inicial. Podendo serem transferidas para o Município, se forem reabilitadas dentro deste quadro que descrevi. Para além disso, é transferido para o Município uma verba fixa de vinte mil euros (20.000€), para obras de conservação em cada escola transferida: Poderá ser muito;- Poderá ser pouco? É uma questão que os seus diretores, que aqui estão presentes, poderão justificar. Se calhar, até aqui, nos últimos anos, têm recebido zero (0), relativamente a esta matéria. Isto também permite que haja um ganho de escala e que se possa intervir em necessidades mais profundas em cada uma das escolas, não sendo necessário que se efetue obras de conservação em todas ao mesmo tempo mas que se ganhe alguma escala. Depois, relativamente ao Conselho Municipal de Educação: Ainda hoje me foi reafirmado, pela Secretária de Estado da Administração Local, que está para sair legislação que regulamente este Conselho Municipal de Educação. Porém, naquilo que está expresso no contrato, entendo eu, para a realidade de Oliveira de Azeméis e cinjo-me apenas à realidade de Oliveira de Azeméis, mas também percebi que o modelo do contrato pode ser diferente de município para município; E eu refiro que, em Oliveira de Azeméis o Conselho Municipal da Educação: funciona; - e eu sou suspeito para falar; Mas funciona bem; Tem funcionado com eficiência e com eficácia; Tem sido de facto um órgão importante naquilo que é a definição das políticas educativas locais. Mas, ainda que, sendo apenas um órgão consultivo; Mas a funcionar com regularidade e a envolver todos os parceiros que lá têm assento. A verdade é que, em outros municípios, o Conselho Municipal da Educação, não tem esta dinâmica e, julgo saber que até, em alguns nem está constituído, ou se está constituído nunca reuniu. E portanto a Lei teria que ser demasiado abrangente de maneira a contemplar estas situações. Porém, está dito também que o Conselho Municipal da Educação deve pronunciar-se sobre alguns documentos que eu aqui já elenquei, como sejam: Plano Estratégico Educativo Municipal; participação do Município em Projetos e Programas Educativos, Informativos de âmbito intermunicipal e por aí a fora. Portanto outras competências que estão, ou possam estar, consagradas na lei. Ou que nós possamos de facto, também, solicitar ao Conselho Municipal de Educação que se pronuncie. Havendo, ainda, também, a possibilidade de haver, em alguns casos, na regulamentação, que os pareceres possam ser vinculativos. Está também previsto, o que não acontecia nas versões anteriores, que possa ser constituído um órgão permanente com participação dos responsáveis do Município e dos Agrupamentos de Escolas. E que a criação e regulação desse órgão seja aprovado,

naturalmente, pelo Executivo Municipal e, que seja, também, aprovado nos respectivos Conselhos Gerais dos Agrupamentos. Esta é uma novidade em termos daquilo que tinha sido as versões anteriores do documento e que agora está também contemplada. Relativamente às Atividades de Enriquecimento Curricular: Estas passam a ser da responsabilidade do Município. Porém, o Município pode celebrar protocolos de colaboração com os Agrupamentos de Escolas para a sua implementação. E também o Ministério da Educação e Ciência concede ao Município apoio financeiro para pagamento dos encargos globais com as AEC, nos Agrupamentos de Escolas, em função do número de alunos que as frequentam. Como era, a modalidade, até aqui. Também é verdade que está no contrato e eu não quero, de forma nenhuma, nesta minha intervenção, esgotar tudo aquilo que são as implicações do próprio contrato, mas perceber, por exemplo, que, tem de se esgotar os recursos docentes antes da contratualização de novos docentes para as AEC. Ou seja, professores que estejam sem componente letiva, ou que tenham redução da componente letiva, ou não tenham componente letiva suficiente, a eles será atribuído em primeiro as horas que existirem para as AEC e só depois é que poderá haver contratualização de novos docentes. Quanto ao modelo de financiamento: A delegação de competências envolve a transferência de recursos do Ministério da Educação para o Município. Tem como objetivo promover a eficiência e a eficácia. Este é um princípio que se mantém mas, como sabem, já não à custa dos professores como estava escrito nas cláusulas 41 e 42 da anterior versão. Portanto, pretende atingir e promover a eficácia e eficiência da gestão dos recursos, existentes, educativos. O financiamento resulta da aplicação de uma fórmula que correspondente à soma das componentes de pessoal não docente e funcionamento dos agrupamentos das escolas do 2º, 3º Ciclo e Ensino Secundário. É uma questão que está também salvaguardada, aqui, pela primeira vez nos vários documentos. Uma das críticas dizia-se: Bom, tudo bem que haja uma fórmula de financiamento baseada no número de alunos; Mas, é verdade também que, se hoje tenho 5000 alunos (vamos supor, é um número ao acaso) e a partir de setembro tenho 4500 (vamos supor, é uma hipótese absurda), significa que eu (Município) vou receber menos do que aquilo que recebia, porém, há custos fixos que têm a mesma proporção, como sejam a água e a eletricidade. Todas as outras componentes de custo fixo mantêm-se. E portanto, aqui, está também salvaguardado que, independentemente do número de alunos em cada ano escolar, o valor a transferir pelo Ministério para o Município não pode ser inferior aos custos fixos em vigor; Portanto, isso está salvaguardado. O que era importante, porque era uma das críticas que nós fazíamos, relativamente a esta matéria. Relativamente à melhoria de desempenho e eficiência do projeto: É obrigatório estabelecer-se, digamos que obrigar-se; E há aqui uma dupla obrigação, quer do Ministério, quer do Município; Obrigam-se à melhoria do desempenho educativo em indicadores de cada Agrupamento de Escolas, nomeadamente: Na percentagem de alunos em abandono escolar ou risco de abandono escolar; Classificações das provas nacionais e dos exames finais, variação anual das classificações das provas finais e exames nacionais e taxa de retenção. E é em função do cumprimento ou da superação destes objetivos, destes indicadores, que poderá resultar ganhos em eficiência. Que também de acordo

com aquilo que está no contrato revertem em 50% a favor do Município. Mas sempre com a obrigação de serem aplicados na área da educação e não servem para outras coisas que não sejam para desenvolver novos projetos na área da educação. Como disse: Sendo um projeto-piloto, exige que seja acompanhado e avaliado durante a sua execução; E portanto, está previsto no contrato que, seja designado uma comissão de acompanhamento ao longo de vigência do período contrato, que fará exatamente isso: Acompanha o desenrolar do projeto; Procurará adoção de medidas e elaborará relatórios de progresso da execução do contrato e da avaliação do projeto. E, para além disso, está previsto também a disponibilização de uma plataforma eletrónica, para que monitorize por aí também os resultados deste projeto. E, de uma forma muito sumária, evidentemente como disse - não esgota todos os assuntos que aqui estão previstos no texto deste contrato e que, ainda, não é a versão final; - é uma proposta, que, naturalmente, se encaminhará rapidamente para ser uma proposta – versão final. Volto a repetir: No que diz respeito a preparar essa versão final e, pelas competências que o Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou em mim na área da educação, tudo farei e tudo faremos, – estou certo que estará de acordo comigo -, para que sejam sempre salvaguardados os interesses do Município de Oliveira de Azeméis dos nossos alunos e daqueles que aqui trabalham na área da educação. Portanto, esta será a nossa aposta, num trabalho de parceria em conjunto com aqueles que são os nossos parceiros na área da educação e com eles encontrarmos as melhores soluções para aquilo que é o território educativo de Oliveira de Azeméis. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia foi concedido o uso da palavra ao deputado António Rosa, do PSD. =====

===== Muito boa tarde. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, caro professor António Figueiredo, professor David Justino, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, caros colegas da Assembleia Municipal, caros representantes da comunidade educativa aqui presentes, minhas senhoras e meus senhores. Chegou a hora do debate político sobre o tema da descentralização da educação, para a esfera do território educativo municipal. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, antes de mais, quero deixar o registo por, conforme o compromisso que assumiu, tomar a iniciativa de agendar esta Assembleia Municipal temática exclusivamente dedicada a este tema. E registamos este facto por duas razões principais: Em primeiro lugar, pela oportunidade temporal: Soube dar tempo ao tempo; Soube respeitar o tempo da negociação institucional; Soube dar espaço à discussão entre os atores principais do processo, os agentes educativos; E, então, agora, no nosso entender, com grande sentido de responsabilidade e de oportunidade, dar espaço à discussão política neste órgão. Em segundo lugar: Registamos o facto de promover este debate sobre a educação num palco onde ela se pratica diariamente. Cremos que é este um detalhe, fortemente simbólico, daquilo que deverá ser a história futura, do livro, cujas páginas agora se

começam a escrever. O esbater de fronteiras, entre os diversos agentes do território educativo do nosso concelho, claro está, no respeito absoluto pela legítima autonomia de cada um. A educação tem merecido em Oliveira de Azeméis, ao longo dos anos, uma atenção e afetação de recurso que merece destaque. Tem sido enorme o esforço desenvolvido pelos diferentes agentes do universo educativo para assegurar condições que dignifiquem a escola, em Oliveira de Azeméis. Tem sido grande o empenho da Autarquia Oliveirense na melhoria contínua do sistema educativo do nosso concelho: Quer do ponto de vista imaterial, através da definição atempada da Carta Educativa do Município ou dos projetos educativos municipais; Quer através do exercício de magistratura de influência, que tornou real o sonho antigo da existência de oportunidades de ensino superior em Oliveira de Azeméis. Mas também tem sido grande, muito grande até, a intervenção material assumida pela Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, no parque escolar do município, muitas vezes exacerbando até a sua esfera de responsabilidade; Mas fazendo sempre na persecução de um fim último, que é, a dignificação das condições de ensino da comunidade educativa em Oliveira de Azeméis e, sobretudo, a melhoria das oportunidades educativas colocadas ao dispor dos jovens oliveirenses. A educação é uma dimensão absolutamente basilar e estruturante das pessoas e, por consequência, da nossa sociedade. O papel do Estado é, sem dúvida, determinante, obrigatório e indispensável. Mas são também fulcrais: o papel da comunidade educativa; o papel da família; o papel da escola enquanto espaço; o papel das autarquias; o papel das instituições de representação coletiva da comunidade e o papel dos agentes económicos. Cremos pois, que é claramente desejável e vantajosa uma redefinição das competências educativas que aproxime o desenho da estratégia educativa, bom como a sua operacionalização e gestão, para a esfera local onde respiram a maioria dos agentes que promovem e que beneficiam da educação. A Bancada do PSD, que aqui represento, declara, desde já, a defesa convicta de uma descentralização da educação para a esfera do nosso território educativo. Não que com isto, se depreenda que o somos a qualquer preço ou em quaisquer circunstâncias: - Não, que fique bem claro. Defendemos a descentralização porque, do ponto de vista de política, acreditamos que uma gestão de proximidade pode, nesta como noutras áreas, conseguir melhorias significativas de serviço á comunidade. Apoiamos a descentralização da educação pois acreditamos que com ela, será possível, em Oliveira de Azeméis, uma maior eficácia e eficiência da gestão dos recursos educativos, será possível conseguir uma maior articulação entre os diferentes Agrupamentos de escolas do nosso território, será possível uma melhor adequação curricular dos cursos e dos percursos educativos, nomeadamente, através da inclusão de componentes curriculares de responsabilidade local. E, cremos, ainda, que será possível uma maior sinergia e potencialidades resultantes do envolvimento da comunidade local na definição do Plano Estratégico Educativo Municipal. Mas se por convicção de política suportamos a descentralização da educação: Afirmamos, com convicção reforçada, que apoiamos a descentralização da educação em Oliveira de Azeméis. E fazemo-lo, pois conhecemos o trajeto de anos de uma parceria de sucesso entre a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis e a

comunidade educativa oliveirense. Conhecemos a melhoria assinalável, já hoje aqui referida pela negativa; Mas conhecemos a melhoria assinalável verificada, no parque escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico, após a transferência para o domínio da responsabilidade Municipal. Conhecemos a capacidade demonstrada pelo nosso território educativo na elevação dos resultados alcançados ano após ano. Conhecemos o trabalho exemplar desenvolvido pelos Agrupamentos e respetivas comunidades educativas na busca permanente por uma educação mais inclusiva e mais dignificante da pessoa. Conhecemos a disponibilidade do tecido económico oliveirense, para abrir as suas portas à comunidade educativa. E fazemo-lo, acima de tudo, porque conhecemos a grande característica distintiva mostrada em tantos momentos e circunstâncias por Oliveira de Azeméis pelos Oliveirenses que é o seu caráter empreendedor revelado por uma resposta afirmativa quando chamados a assumir desafios, quando por convicção acreditam que são desafios que nos conduzirão a um patamar superior de qualidade de vida. A busca de uma educação cada vez melhor, mais dignificante, mais próxima, mais respeitadora e mais respeitada, mais participada e melhor gerida, é:- na nossa perspetiva, um desafio que, sem dúvida, Oliveira de Azeméis deverá assumir. Temos a noção de que um processo disruptivo e estruturante como aquele com que estamos confrontados é um processo de negociação difícil, demorado, que tem necessariamente que ser ponderado, discutido e participado. Questões como: A garantia do adequado financiamento das competências transferidas; A garantia dos direitos dos diferentes atores do processo educativo; Os adequados mecanismos de partilha de responsabilidades, entre as diferentes entidades que compõem o nosso território educativo; O reforço do papel central e agregador do Conselho Municipal de Educação; A necessária e pró-ativa monitorização da implementação deste processo de descentralização; São temas cuja clarificação e definição, em sede do contrato de educação e formação municipal, são pré requisitos essenciais para a concretização deste processo. Temos a plena confiança de que a determinação e bom senso, por parte da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis e do Ministério da Educação e Ciência, continuarão a imperar na negociação que, tanto quanto aqui hoje nos foi confirmado, permanece em curso. Queremos realçar, uma vez mais, a maturidade e responsabilidade política manifestada pela Câmara Municipal na condução deste processo. Discreto, no campo da negociação. Participado, no campo da discussão e definição. Esperamos verdadeiramente que este processo que conduzirá à descentralização da educação básica e secundária para Oliveira de Azeméis, possa, no seu culminar, contar com um amplo consenso de toda a comunidade. Consenso, esse, que potencie o seu objetivo primeiro: Criar, em Oliveira de Azeméis, um território educativo, família, escola Autarquia, instituições e empresas; Que promova as melhores condições para levar a cabo a nobre missão de formar os jovens Oliveirenses. Permito-me, a concluir, partilhar o desejo e, acima de tudo, a confiança de que mesmo aqueles que, porventura, no final deste processo, se sintam desconfortáveis ou desconfiantes, relativamente a este novo formato de gestão do processo educativo, possam, apesar disso, dar o seu contributo sem reservas e pela positiva,

acima de tudo pelo sucesso da educação em Oliveira de Azeméis. O contributo de todos será indispensável. Muito obrigado. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia foi concedido o uso da palavra ao deputado Bruno Aragão, do PS. =====

===== Muito obrigado, senhor Presidente. Sintam-se todos cumprimentados na sua pessoa. E sem demérito pela comunidade educativa, sociedade civil, que veio assistir a esta Assembleia e que a torna, sem sombra de dúvidas, a Assembleia mais participada dos últimos anos. Cumprimentar o Senhor Professor David Justino, Presidente da Comissão Nacional da Educação mas também na sua qualidade de professor e investigador, o Dr. António Figueiredo, e, também, naturalmente, o Senhor Presidente de Junta, Senhor Amaro Simões. E fazer um ponto prévio: Educação é tudo ou nada. A estatística por melhor que seja reflete sempre indivíduos concretos cujo futuro podemos, desde muito cedo, guardar. Dito isto: Reformar - significa: Alterar para fazer melhor; Descentralizar – significa: Aproximar para gerir melhor. Não há boas reformas que não sejam amplamente discutidas, amplamente desejadas e resultem de um esforço de consenso que vá muito para além das maiorias. Não há descentralização que não diminua os níveis hierárquicos da decisão e que atribua responsabilidade a quem tem efetivamente de gerir. Nesse sentido, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, agradecemos a realização desta Assembleia que em vários momentos solicitamos e pela qual insistimos. O seu fim último é isso mesmo: permitir uma discussão aberta, franca e leal de opiniões que podem ser diferentes, mas em nenhum momento podem ser injustificadas ou mal explicadas. Esta Assembleia é tão mais importante quanto o Município se prepara ou disponibiliza para assinar um contrato de delegação de competências na área da educação, incluído num primeiro e pequeno grupo de municípios, onde o Programa - Aproximar a Educação, eventualmente, iniciará com experiências piloto. E aqui, sem qualquer assombro, repudiar a forma como central e localmente se conduziu o processo até aqui. Desde o início, à revelia da comunidade educativa, da sociedade civil, de outros agentes políticos, procurou-se esconder todo um processo de intenções e os documentos que o suportavam á luz de uma suposta confidencialidade que, convenhamos, não tem qualquer justificação. A não ser que haja, interesses menos claros, prejuízos para algumas partes, ou decisões indefensáveis; Não há qualquer motivo para não debater abertamente qualquer reforma. Por isso mesmo, nos últimos meses, perdeu-se quase sempre muito mais tempo com a questão do processo do que com o seu conteúdo. Observamos a informação a sair de forma dispersa, contraditória e à medida que o desagrado da comunidade educativa e da sociedade civil se foi revelando a alterações a um suposto documento que, de forma oficial, ainda poucos conheciam. Todos teríamos ganho, como é mais do que evidente, em ter conhecido desde o início uma proposta e desde logo ter iniciado o debate. Mas como disse, não há boas reformas que não sejam amplamente discutidas, amplamente desejadas e resultem de um esforço sincero de consenso que vá muito para além

das maiorias. Em matéria de educação uma reforma tem consequências mais profundas, porque o seu impacto é geracional. Porque raramente arrepiar caminho permite colmatar os prejuízos de uma má opção. Porque o ciclo de estudos é unidirecional e muito balizado no ciclo de vida das pessoas. Além de tudo é possivelmente o nosso mais seguro investimento mas também o mais longo, porque as suas consequências sociais e económicas são sempre mais espaçadas no tempo. Quando se podem analisar e avaliar os resultados, já poucos se lembram do que é que aconteceu 20 anos atrás. Talvez por isto, ou sobretudo por isto o cuidado das decisões em matéria de educação é muito mais relevante. Não se percebe a urgência em iniciar um conjunto de contratos de delegação de competências associado a uma reforma, que a comunidade educativa não tem reclamado, sobre a qual a Associação de Municípios não se revê e para qual a sociedade civil está ainda muito alheada. E, acrescentar a tudo, uma reforma que para ser discutida no plenário da Assembleia da República teve de ser sujeita a uma petição. De forma clara, o Projeto- Aproximar a Educação é, nesta altura, muito extemporâneo. Qualquer decisão surge da pressa de um Governo em fim de ciclo; Curiosamente o Governo cujas dotações orçamentais para o ensino e para a investigação mais diminuíram. Não deixa de ser curioso que, depois do desinvestimento, se procure, agora, descentralizar. E portanto, quanto ao tempo e quanto ao processo: Discordamos. Sigilo a mais; Tempo a menos. E se isto não fosse suficiente para arrepiar caminho ou, no mínimo, não o iniciar de imediato o seu conteúdo levanta-nos sérias reservas. O Ministério da Educação e Ciência pretende descentralizar a gestão curricular, pedagógica, de recursos humanos e a gestão de equipamentos e infraestruturas. E, aqui, volto ao início. Não há boa descentralização que não diminua os níveis hierárquicos da decisão e que atribua responsabilidade a quem tem efetivamente que gerir. Descentralizar para os municípios matérias e competências das escolas não é descentralizar. Em nada diminui a dependências das escolas ou reforça a sua autonomia ou as torna mais musculadas para responder a necessidades que em primeira linha estão capazes de sentir e de viver. Descentralizar, seria dar às escolas autonomia que precisam para gerir os seus recursos, ainda que, e muito naturalmente, com parceiros como os municípios é absolutamente inquestionável. Já cansa o discurso que temos bons professores, mas que é necessário avaliá-los. Já cansa o discurso que temos bons cursos universitários, mas são necessárias provas de ingresso na profissão. Já chega de dizer que as escolas são boas gestoras, mas que deverá ser o Estado ou as Autarquias a gerir melhor. Questões como a gestão curricular ou a gestão pedagógica e de recursos, pouco têm de municipal. Se há questão que a investigação tem mostrado e que os professores sentem no dia-a-dia, é que este tipo de questão é muito transversal, pouco tem de local. Sejamos claros, não há especificidade geográfica que explique a necessidade de tanta especificidade curricular; A possibilidade de dispor de 25% dos currículos a que se soma a formação vocacional e profissional pode chegar a uma gestão curricular da parte dos municípios muito elevada. Convictamente, não acredito que existam 308 especificidades educativas em Portugal. Não há qualquer justificação que consiga, de forma que toda a gente perceba, explicar uma situação destas. Os conteúdos curriculares surgem de anos

de estudo, de conhecimento científico e da sua adequação, com limites, às especificidades mais locais. E estes limites e estas especificidades são sentidas pelas escolas. Autonomia seria, uma vez mais, permitir às escolas, nos seus diferentes Agrupamentos, responder a essas necessidades. E, se na gestão pedagógica e curricular feita pelos municípios, ainda ninguém tenha explicado a sua utilidade também na gestão dos recursos humanos ainda não. Sabemos que, relativamente ao corpo docente a proposta foi substancialmente alterada. Nem valerá a pena discutir algumas ideias, mais absurdas, ligadas a prémios de boa gestão, repare-se: de corte de necessidades efetivas. Mas repare-se que aqui haverá diferenças: Docentes – geridos pelo Ministério de Educação e Ciência; Não Docentes – geridos pelos Municípios. Meus senhores: Terei sempre muita e franca dificuldade em perceber tratamentos injustificadamente indiferenciados. Nas escolas, como em tudo, há equipas de trabalho. Nestas equipas, todos são igualmente importantes, cada um com as suas responsabilidades. Docentes e não docentes fazem a qualidade de uma escola, de um agrupamento de escolas e merecem-nos, todos, igual respeito. Além disso, nem aqui se perceberia até, que face às necessidades elencadas, um agrupamento de escolas não pudesse com mais autonomia e com o respetivo pacote financeiro decidir sobre os seus recursos humanos. Por fim, este projeto prevê ainda delegação de competências na área da gestão financeira e da gestão de equipamentos e infraestruturas. Depois de se ter diabolizado alguns dos maiores investimentos na área da educação, desde as infraestruturas físicas como a remodelação de várias escolas às infraestruturas curriculares ligadas ao plano tecnológico; Depois de quase quatro anos a desinvestir na educação o Ministério da Educação prepara-se para transferir competências e, repare-se: com neutralidade orçamental. Reduzir o investimento e depois descentralizar: Não me parece grande política educativa. Agora, imagine-se, descentralizar para municípios com grandes dificuldades e restrições financeiras e com capacidades de investimento, infelizmente, muito reduzidas. Em matéria de equipamento e infraestruturas temos já a experiência de delegação de competências no Pré-escolar e no ensino Primário. Uma discussão sobre o alargamento deste âmbito poderia até fazer sentido. Mas até aqui e pelo que nos é dado a conhecer, este projeto é parco em explicações. Há escolas com quase 20 anos que, naturalmente precisarão de remodelações sérias. Ou existe dotação orçamental ou qualquer intenção não passa disso mesmo. Expliquem-me agora: Como é que, a neutralidade orçamental defendida, poderá assegurar esta gestão? Como poderão municípios, financeiramente estrangulados, conseguir investir? Enfim: Muitas questões, para tanta pressa. Poucas explicações, para tanta urgência. Na verdade, ainda ninguém respondeu às questões centrais: Como vamos diminuir efetivamente o abandono escolar e o absentismo? Como vamos, de facto, assegurar melhor rendimento escolar e melhores desempenhos? E como vamos garantir desta forma a igualdade de alunos? Que medidas existem sobre isto e, de facto, como é que avaliamos e monitorizamos? O debate que pedimos em sede de Assembleia Municipal é para isso mesmo, para debater e para refletir. Estamos sempre capazes de mudar de opinião, se os argumentos que nos apresentam são coerentes e convincentes. Letras gordas e slogans explicam pouco, mas dizem muito sobre a capacidade de argumentação. E não

deixará de ser curioso, como ainda nem começamos a debater e já parecemos dar o processo como adquirido. Iniciemos, então, o debate. Muito obrigado. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia foi concedido o uso da palavra ao deputado Pinto Moreira, do CDS/PP. =====

===== Senhor Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa cumprimento todos os Autarcas aqui presentes, Senhor Professor David Justino, Senhor Dr. António Figueiredo, representantes da comunidade escolar aqui presentes, minhas senhoras e meus senhores, comunicação social, colaboradores do Município. O Município de Oliveira de Azeméis e a comunidade escolar com naturalidade têm feito um percurso, em sentido concorrente que visa a autonomização e corresponsabilização, através de variadas formas de cooperação e de desenvolvimento de políticas e de projetos educativos, que visam interesses comuns. Sempre que foi necessário, todos os partidos políticos, em Oliveira de Azeméis, mostraram elevado sentido e dever de responsabilidade para se unirem em torno de projetos de interesse comum. Só assim, foi possível, por exemplo: O Município, há cerca de uma década atrás, ter dado um passo gigante com a territorialização de duas escolas de ensino superior apoiadas no prestígio das instituições: Universidade de Aveiro e Cruz Vermelha Portuguesa. Hoje, estamos perante o desafio da territorialização da educação ao nível dos escalões que antecedem o ensino superior. Para nós, CDS/PP: Afigura-se muito coerente: É uma boa oportunidade. O futuro será estruturalmente muito diferente do passado. Hoje é que está nas nossas mãos a definição de uma visão de futuro e a projeção das linhas orientadoras de estratégia mais adequadas. A crise financeira e económica vigente, que tardará a ser debelada e dificilmente voltaremos à vida gloriosa dos anos oitenta e noventa, associada ao rápido desenvolvimento das tecnologias de comunicação e as mutações sociais desenvolvem populações mais cultas e mais formadas, por um lado, e, mais exigentes e reivindicativas, por outro lado. Estes fenómenos, que se seguem em ritmos vertiginosos, tendem a ser dificilmente acompanhados pelas instituições públicas e administrativas na sua estrutura tradicional centralizada. Torna-se necessário evoluir para sistemas de gestão pública bem mais flexíveis e bem mais agilizados. As Autarquias e os Autarcas confrontam-se com mudanças de paradigma na sua missão, terão necessariamente de aceitar o desafio de fazer coisas de maneira diferente e provavelmente vão ter que aprender coisas novas. (O primeiro homem que chegou á lua não tinha qualquer experiencia de chegar à lua e lá chegou). A valorização dos ativos municipais, tangíveis e também intangíveis, beneficia com os ganhos de escala que resultarem da cooperação entre diversos interlocutores, no caso da comunidade escolar, onde o aluno será sempre o centro e a comunidade civil que se deve ver condignamente representada na Autarquia. A tendência, que está com sinais claros a marcar este século XXI, é a da promoção do chamado IV setor da economia. Os Municípios serão naturalmente impelidos a promover este IV setor entendido como aquele que, afirma o seu sentido e utilidade sem fins lucrativos, dirigindo-se mais a promover valor de segurança e de

bem-estar das populações as quais estão mais interessadas na realização pessoal, conforto e solidariedade. Se a instalação de escolas de ensino superior no nosso concelho teve por desiderato o ajuste da necessidade formativa visando o tecido económico local, é lógico que a formação dos mais jovens seja mais cedo orientada nesta coerência. As nossas gerações futuras devem encontrar espaços para poderem afirmar as suas opções culturais e disporem de sistemas formativos mais ajustados que os habilitem a poder trabalhar e a viver condignamente na terra onde nasceram e onde vivem as suas famílias. Parece lógico que a Autarquia, para poder assumir mais responsabilidades, necessita de ver alargado o seu quadro também de autoridades. Isto é: poder decidir no campo de ação local, mais alargado, mais flexível, caracterizado por mais autonomia pedagógica, no desenvolvimento dos currículos, autonomia administrativa e autonomia organizativa. Mas não poderemos prescindir da existência de políticas centrais muito claras e estáveis, que não se alterem quando muda o ministro ou quando muda o chefe de serviços, e acompanhado do respetivo envelope financeiro. Ambição existe. Este Programa Aproximar a Educação, agora dá os primeiros passos, seguirá o seu processo iterativo de avanço e voltar atrás para afinações: é normal. Esperemos que desta Assembleia Municipal possa surgir um bom painel de ideias criativas, para poder aprimorar este processo de descentralização na sua substância e que façamos história em mais uma vez sermos o orgulho de nos envolvermos num projeto que seja de todos. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal interveio da seguinte forma: =====

===== Já aqui ouvimos, em traços gerais, pelos seus representantes ou líderes de bancada dos partidos aqui representados, as principais ideias sobre a matéria. Eu vou abrir um período de discussão, por agora, só aos deputados Municipais, depois, aberto ao público em geral. E pedia que fossem concisos, nos problemas que pusessem, para não nos repetirmos e para esta assembleia ser mais produtiva. E, desde já, adiantar que podem fazer perguntas diretamente ao professor David Justino ou, pela parte da Autarquia, ao professor Isidro Figueiredo. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Manuel José, Carlos Afonso, Bruno Aragão, do PS; António Cruz, António Rosa, do PSD. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia foi concedido o uso da palavra ao deputado Manuel José, do PS. =====

===== Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, Senhor Diretor António Figueiredo, professor David Justino, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados municipais, público em geral, senhores professores, comunicação social. O Governo acaba de divulgar, uma segunda versão da minuta

de contrato, no âmbito do Programa Aproximar a Educação, num contexto de fortes críticas de professores, dirigentes escolares e também alguns Autarcas. Assiste-se a uma simples reescrita da primeira versão, visto que se mantém o desinvestimento na educação pública já que, as transferências de capital são calculadas com base na média dos últimos quatro anos, tendo havido um investimento apenas residual, nos últimos dois anos, como sabemos. Ao contrário do que se faz crer são transferidas competências relativas à gestão de pessoal docente, podendo o município contratar no que diz respeito à oferta específica de base local e articular com os agrupamentos de escolas e passo a citar: “para que estes procedam à afetação entre si dos recursos docentes disponíveis.” Entretanto, apesar de suprimidas as cláusulas respeitantes aos coeficientes de eficiência, mantêm-se as recompensas financeiras ao município, como incentivo à redução do financiamento da educação, de qualquer corte neste domínio, por exemplo: pessoal docente; ação social escola; alimentação; aquecimento. O município ganha 50% do produto de poupanças: Sei bem que, para aplicar novamente no domínio da educação. Para agravar este contexto, as escolas perdem competências decisórias podendo o município acordar com os agrupamentos o exercício conjunto ou a subdelegação de competências subalternizando de forma evidente aquelas estruturas e sendo óbvio, escuso-me de especificar o papel que os diretores poderão ter neste contexto, uma vez que na prática, e permitindo-me a hipérbole, o Presidente de Câmara e o Vereador poderão vir a dirigir as escolas diretamente dos seus Gabinetes. Aliás, este efeito de minorização dos professores nas escolas, já nítido neste processo, tendo-se tentado arredar os docentes desta discussão, como se não fossem cidadãos de pelo direito podendo contribuir com a sua opinião crítica e livre, favorável ou desfavorável, como se não tivessem filhos nas escolas, ou como se não fossem eleitores e participassem na vida política e democrática do país e do concelho, enfim, como se fossem apenas uma entidade corporativa. Que lembro, de resto, este respeito, entregue ao senhor Vereador um abaixo-assinado de centenas de docentes opondo-se a este processo, bem como uma concentração que decorreu junto à Câmara Municipal. Chagamos assim ao âmago ideológico desta questão, ligado ao guião de reforma do Estado que o Partido minoritário da coligação governativa tanto quer impor ao seu parceiro e ao país, marca ideológica que se pretende camuflar, inclusivamente num contexto de secretismo de todo este processo, escondendo-se até o número e a indicação dos municípios que pretendem aderir ao programa. Que mal viria ao mundo se fossem divulgados, de forma transparente, todos os documentos do processo de negociação? Que preconceitos de “práxis política” impedem uma abordagem franca da questão? Está implícita neste programa uma desresponsabilização do Estado na função social educativa, nos valores de igualdade e universalidade e acesso dos cidadãos à escola pública, com a possibilidade do aprofundamento das assimetrias regionais em relação a muitos municípios que, têm vindo a serem entregues à sua sorte nos últimos tempos, imaginando que este programa só trás virtudes e encantamentos para Oliveira de Azeméis, como cidadãos não podemos regozijarmo-nos com o facto de, outros municípios, não poderem alcançar, por vários motivos, alguns deles não da sua responsabilidade, os objetivos pretendidos em termos educativos. Por

ouro lado, esta lógica de competição quebra a tessitura de um país pequeno que não precisa, seguramente, e ainda por cima num clima de crise económica e social, de mais motivos de divisão. Uma lógica que parte do princípio que as escolas devem competir entre si, constituindo-se um mercado contextualizado para a realidade económica e social, sobrevivendo, umas, morrendo, outras, sendo todo este processo evidentemente liberal e que facilmente poderá abrir o caminho para a privatização. Ganha relevo neste contexto a posição desfavorável da Associação Nacional de Municípios Portugueses à transferência de competências para as Autarquias da forma como o Governo pretende fazer, transformando os Municípios em meros prestadores de serviços, com base numa simples delegação de competências e no método do diálogo institucional que valoriza alguns municípios em detrimento de outros, ferindo o princípio de igualdade de acesso à informação e tratamento entre a administração central e local. Sendo colocada em prática, esta proposta, pode, promover, até, níveis de conflitualidade entre o poder central, local e as estruturas educativas em relação à responsabilidade de cada um neste processo. Em suma, as nuvens, as indefinições adensam-se neste horizonte, o que não seria grave se não se tratasse da educação um pilar fundamental dos países que pretendem situar-se nos melhores patamares do desenvolvimento humano. Muito obrigado. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia foi concedido o uso da palavra ao deputado Carlos Afonso, do PS.=====

===== Boa noite, a todos. A minha questão é uma questão muito direta para o Executivo. Se pode dizer, já, nesta Assembleia, quais são as componentes curriculares de responsabilidade local que o Município propõe ou prevê? Muito obrigado. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia foi concedido o uso da palavra ao deputado António Cruz, do PSD.=====

===== Boa noite, a todos. Sintam-se todos cumprimentados na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia e do ilustre convidado. Duas questões: Uma primeira ao senhor professor David Justino: Vale a pena aproveitar esta experiência? Os nossos alunos vão sair melhores profissionais? Serão melhores e mais adequados os conteúdos letivos? Muito se tem falado na comunidade educativa e a comunidade educativa só existe porque existem alunos. Portanto, a ênfase, na minha opinião, tem de ser colocado nos alunos: gestão a baixo; gestão acima; descentralização. Importa: Os nossos alunos vão sair melhores? Os nossos professores: alguém vai ter capacidade de os responsabilizar? O senhor professor Justino fazia aqui uma comparação entre dois filhos onde medeia uma geração. Eu apetecia-me perguntar-lhe: Os professores do seu filho mais velho eram melhores que os professores do seu filho mais novo? Confiava mais neles? Sim ou não? É que, hoje, parece que ninguém gosta de responder a responsabilidades. É importante respondermos a responsabilidades. Qualquer boa gestão tem

de dar frutos. Se não dá frutos, não é uma boa gestão. E tem de ser questionada. E, na educação, nós não temos questionado ninguém. Sucessivos governos. Não vale a pena vir com bandeiras de a, b, ou de c. Sucessivos governos têm sido um desastre na educação. Todos os anos, todos os anos é um chinfrim no início do ano escolar. Há que por ordem nisto. Que são as nossas gerações, somos nós, são os nossos filhos e os nossos netos que estão a pagar tudo isto. Uma segunda questão, colocada diretamente ao Diretor do Agrupamento Escolar. Em seu entendimento e pelo que tem percebido dos colegas, teremos melhores frutos educativos com a proposta da presente experiência? Sim ou não? Tenho dito. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia foi concedido o uso da palavra ao deputado Bruno Aragão, do PS. =====

===== Três questões, para o professor David Justino. Para lá das ideias gerais e centrais que todos teremos sobre educação, obviamente estamos todos de boa-fé e todos queremos chegar daqui a vinte anos a um país melhor e a pessoas mais preparadas. Enfim, teremos sempre de decidir de forma concreta sobre uma realidade e um documento que nos apresentam, como diria Ortega y Gasset: “eu sou sempre eu e o meu contexto”. Enfim, como é que se resolve do ponto de vista local, eu, enquanto deputado municipal, as pessoas, enquanto decisores municipais; como é que se resolve este conflito aparente entre uma reforma que é nacional, apesar de tudo, enfim, mas que encontrará as especificidades locais de cada município? Naturalmente que qualquer cada um de nós, á escala do município, terá uma dificuldade grande em descentralizar, em tentar ver o que é melhor para todo o nacional. Enfim, por cada um de nós terá uma visão diferente do seu município sobre a forma como ele é gerido ou não, se qualquer juízo de valor aqui. Uma segunda questão. Parece-lhe na verdade que o espírito do legislador, das pessoas que preparam o documento e, aqui, sem qualquer juízo de valor: Foi municipalizar o processo, ou não? E se não. Não lhe pareceria haver mais vantagem em colocar a tónica e a questão nas escolas e os municípios aparecerem como parceiros e não como, enfim, parecer ser a forma como a questão está preparada? E, por fim, considerando - como disse - a necessidade de tempo e de cautela nestes processos, independentemente da opção que o país como um todo entenda tomar, ou entenda adotar; Enfim, não seria vantajoso, a esta data, tendo em conta os ciclos eleitorais que também se aproximam, e não vale a pena escamoteá-lo, ter aqui algum tempo de espera ou, aprofundar a discussão e, então, com maior maturidade podermos tomar uma opção deste tipo? Obrigado. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia foi concedido o uso da palavra ao deputado António Rosa, do PSD. =====

===== Também, duas ou três notas. Pegó, antes de mais, nesta última intervenção do deputado Bruno Aragão a respeito desta suposta questão do ciclo eleitoral. Eu, confesso,

preocupar-nos-ia, creio eu, ou dever-nos-ia preocupar, se estivéssemos a falar de um ciclo eleitoral em fim de ciclo das autarquias que são recetoras desta nova responsabilidade. Um ciclo que, de facto, se aproxima do fim, no que diz respeito à Administração Central. Colocar-se-ia, também, por ventura, se não assistíssemos ao longo dos últimos anos, independentemente das cores políticas que ocupam lugares no Governo da Nação, uma tendência descentralizadora nesta área. PS e PSD ambos seguiriam uma linha orientadora que foi neste sentido. E, portanto, esta questão, também, de ciclo político parece-me uma falsa questão. E esta leva-me a uma outra, que eu tenho aqui que registar. De tempos a tempos somos confrontados com esta filosofia e com esta forma de estar e de ser, de refúgio, numa discussão sem fim, para fugir à discussão que é essa que importa e que faz evoluir os processos. Na verdade, nós de tempos a tempos, quando o Município de Oliveira de Azeméis é confrontado com decisões que são estruturais e estruturantes, há sempre um discurso que: - Perdoem-me: mas há um discurso de emperro e não de apoio e de incentivo e de união para evolução. E, portanto, esta é uma nota que eu gostava de dar. Manifesto, obviamente, humildemente, a minha incapacidade de afrontar distinta pessoa como é o professor David Justino e aquilo que foi a sua posição pessoal, como ele referiu, a respeito deste processo. E, portanto, daqui também, tenho alguma dificuldade em acompanhar algum discurso desconfiado, esta questão da desconfiança é de facto é muito importante; um discurso desconfiado de fantasmas que aqui é lançado por alguém a quem honestamente não reconheço a capacidade e o conhecimento e, sobretudo, o acompanhamento de processos que não vêm de ontem e seguramente terão muito tempo de maturação e de participação. E portanto, seguramente, aqui queria reafirmar que de facto as palavras que ouvimos do professor David Justino nos confortam por um lado e obviamente nos responsabilizam por outro. Uma última questão que eu gostava também aqui de dizer ou de, enfim, realçar: se calhar, até, aqui, perguntar ao senhor professor Isidro Figueiredo: que creio que participou; Aliás, participou seguramente em todo o processo, manifestou-nos hoje aqui este processo; A ideia com que fico, de um conjunto de indícios, é de que este foi um processo até determinada altura discreto. O que qualquer pessoa que um dia na sua vida tenha participado num processo de negociação sabe que é importante. Naturalmente que compreendemos que quem não o tenha feito, não percebe isto. Mas é importante. Mas, a partir de determinada altura, o professor Isidro Figueiredo aqui o disse e aqui o afirmou e portanto tomo-o como uma pessoa que fala a verdade, o envolvimento de toda a comunidade escolar foi uma realidade, a discussão, a evolução de propostas foi uma realidade. Mas, mais, eu tive a oportunidade: normalmente, não sou um ouvinte assíduo da nossa rádio AZEMÉIS-FM, contudo vi o eco disto nos jornais locais e fiquei com a clara noção de que, pela voz, dos diversos interlocutores, dos diversos Agrupamentos dos Concelho de Oliveira de Azeméis foi firme e convicta a afirmação de que este foi um processo público e participado com aqueles que são os agentes. Não sei se esta é a verdade pura e dura? Esta era a questão que aqui deixava. Porque: Se foi, um conjunto de argumentos perdem sentido; Se não foi, Não consigo compreender porque é que aquele apelo que fiz – a que o processo será seguramente de interrogações, um processo que por ser de

mudança seguramente vai ter muitas coisas a afinar; Mas deveria ser um processo que acima de tudo nos unisse num sentido e não que, eventuais, derivas, político partidárias pudessem emperrar este processo. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao senhor professor David Justino, para comentar e responder às questões colocadas. =====

===== Há intervenções que são marcadamente políticas e portanto não vou comentar, não é esse o meu papel aqui, se fosse deputado municipal teria imenso gosto em responder a algumas intervenções, mas não me compete isso e portanto, permitam-me, não é qualquer forma de desrespeito e não é isso que eu irei fazer. Há aqui duas ou três questões que acho que vale a pena até podermos desenvolver. O senhor deputado Cruz levantou aqui o problema: Valerá a pena esta medida? Ou seja, aquilo que nós estamos a investir nisto vai ter o retorno na qualidade das aprendizagens do ensino? – Sabe que o retorno na educação, não é um retorno imediato. Nós sabemos que, há coisas que só ao fim e muito tempo é que nós temos retorno, só ao fim de algum tempo é que percebemos. E, portanto, eu estar-lhe a dizer: - Isto vai melhorar as aprendizagens? - Não vai. – De imediato, não vai. Agora, aquilo que eu sei, da evidência científica que existe sobre isto, é que: em comunidades onde os parceiros, os pais se envolvem mais na vida das escolas, quando se cria dinâmicas sociais que valorizem o papel da educação, o papel dos professores, o papel das escolas, geralmente os resultados tendem a ser melhores e a qualidade das novas gerações tendem a ser melhor. Portanto, este é um desafio de longo prazo, não é um desafio de médio prazo. Eu digo que é mesmo de longo prazo. No fundo, isto tem a ver com uma alteração profunda de cultura, não é um problema administrativo. Se fosse um problema estritamente administrativo, eu também se calhar subscreveria a sua posição: não vale a pena. Agora, o problema que se põe aqui é um problema de cultura, que é no sentido de dizer assim: A formação dos nossos filhos, dos nossos netos, nós deve entregá-la ao Estado, completamente, ou não? Ou, sendo o Estado a entidade que gere o sistema de ensino e providencia as condições para que haja ensino como deve ser, com qualidade, etc..., se eu me devo alhear ou não devo alhear daquilo que se passa dentro da escola? Eu, claramente, tenho uma visão que é uma visão comunitária da vida escolar. E, portanto, entendo que, como diz o proverbio chinês: “ A educação de uma criança diz respeito a todos.” Isto é não mais do que uma alteração na cultura tradicional. Dizer assim, praticamente era explícito: Vocês só têm que, a partir dos 6 anos, no que diz respeito à educação entregam à escola, escola pública; Não se preocupam mais porque a gente trata da educação do vosso filho. Se é este tipo de educação: Eu não quero, para os meus filhos não quero isto. Se isto vai ter efeitos na qualidade de aprendizagem, de imediato? Acho que não. Vamos ser sinceros – Acho que não. Agora, que vai responsabilizar, cada vez mais, as comunidades pelo investimento que fazem nos seus filhos, nas voas gerações, nas suas escolas e naqueles que fazem a escola dia a dia: Eu acho que isso aí vai ter. Um das partes dos resultados escolares vêm-se através dos bons ambientes de aprendizagem.

E se os miúdos sentirem que todos estão a torcer e a puxar para o mesmo lado, eles também percebem isso. Portanto, é nesse sentido que eu digo que é muito mais uma alteração da cultura tradicional do que propriamente um ato administrativo puro e duro. Falando dos meus dois filhos únicos. A razão por que o pus numa escola pública: É que eu sabia quem ia ser a professora na escola primária; Conhecia a professora; Tinha confiança nela; Era uma excelente professora; E eu quis aproveitar aquela oportunidade. É claro que quando mudou de escola, eu estava preocupado porque não sabia quem é que lhe ia calhar. E devo dizer, muito sinceramente, que apanhei - até do contacto que tive com os professores ao longo da carreira escolar dele - professores excepcionais. Mas também devo dizer que apanhei muita coisa má. E o problema é este, é que: se nós conseguirmos criar essa confiança e, no fundo, criarmos melhor esse conhecimento mútuo; Eu acho que as comunidades e as escolas têm a ganhar com isto. Eu confiei. E devo confessar que, ainda hoje, com 36 anos que tem sente deficiências: Quer dizer: - Tive azar com aquela professora que me calhou ali; - Mas teve sorte em arranjar uma professora de inglês ou de matemática, está a ver? Comparando com o que tenho agora, o miúdo de 12 anos, eu devo dizer que, fui à reunião de pais logo no início quando ele entrou para o 1º ano de escolaridade e fiquei assustadíssimo. E isto numa escola que é que particular, que é uma associação. Mas fiquei assustadíssimo porque, ouvi uma professora dizer que em matemática as soluções eram negociadas entre o professor e o aluno. E, eu, só não dei dois pulos na cadeira porque, enfim, por uma questão de decoro. E eu apanhei um susto de primeira. A seguir fui falar com o diretor e disse: - Eu vou tirar imediatamente o miúdo daqui, desculpa. Ele tinha lá estado no pré-escolar. E apanhei um susto enorme. Ele disse: Está descansado que não é aquela que vai ser a tua professora. Eu disse: - Mas, se mandas outra igual, eu tiro. Ele disse: Está descansado, não te preocupes, a gente vai resolver o problema. Porque tinha esta facilidade de falar diretamente com o professor. Se calhar eu encontrei melhores professores do que os que estão agora naquela escola que é uma escola particular. Mas eles garantem o nível médio. Ou seja, uma escola destas, particular, se têm a certeza que há um mau professor resolve o problema rápido; Uma escola pública não consegue resolver. É nesse sentido, que, quando disse os professores eram melhores, se calhar até nem eram. Eu reconheço que, até apanhei excelentes professores, o meu filho mais velho apanhou excelentes professores na escola pública. O problema é a confiança que nós temos, ou não temos; não é no excelente professor, é nos outros que lá voltam. Porquê? Porque no sistema que nós temos no recrutamento e progressão nas carreiras, que é: todos os professores, todos iguais. Aqueles que são bons professores não vêem o seu mérito e o seu trabalho reconhecido. E muitos deles: Mas, vou trabalhar, vou dedicar-me, para quê? Para ganhar o mesmo do que o outro que está ao meu lado e não faz nada? Eu digo isto: Eu sou professor numa escola pública do ensino superior, numa universidade; e quando me vêm dizer para algumas coisas: - Está bem;- Vens pedir trabalho a mim, porquê? - Aquele tipo que está ali ao lado, não faz nada, ganha o mesmo do que eu, e se calhar ainda me vai passar no concurso. - Porque é que me vens pedir a mim? Epá, porque eu, se pedir a ele, já sei que não tenho isto feito; Se pedir a ti, sei que vais fazê-lo. - Ora,

muito obrigado. Portanto é este tipo de coisas que quando me dizem, pelo menos para mim entre os meus colegas: “ Todos professores, todos iguais”; Desculpem o termo: -Uma treta. – Não aceito isso. – Não aceito. E não aceito, porque isso conduz precisamente a nivela por baixo aquilo que é a qualidade dos professores. Agora, que eu sei que uma grande parte, a maior parte dos professores que estão neste momento na escola pública são excelentes professores. São. Conheço-os; Trabalho com eles; São pessoas dedicadas; Ultrapassam as horas todas; Se sacrificam. Eu sei. Eu trabalho com 38 agrupamentos de escolas, em termos de acompanhamento e monitorização. E portanto vou lidando com este tipo de coisas. Agora, eu às vezes pergunto lá: Então, porque é que não se faz isto assim? Temos aí uns colegas, sabes isto nem sempre se consegue. O senhor diretor, com certeza, é capaz de ter o mesmo problema. Mas tem a ver com isto. E portanto, quando eu digo - este problema da qualidade, é como em todas as profissões: nós temos excelentes profissionais na educação, felizmente, e também temos alguns que nunca lá deviam ter entrado. O problema é que nunca sabemos quem nos vai calhar. Este é que é o problema. Se me calha a fava? É como o bolo-rei, se me calha a fava estou tramado. Eu quero é que me calhe o brinde, não é? Básico. O deputado Bruno Aragão coloca-me três questões e eu gostaria de responder diretamente a isso. Uma reforma nacional e o problema das especificidades locais. Esta vai ser a tendência; quer queiramos, quer não. Ou seja, cada vez mais, até pelos mecanismos de diferenciação social e cultural que muitas vezes as comunidades tendem a afirmar-se, nós temos aquilo que eu costumo dizer que é um processo de desnacionalização da cultura, ou seja, a afirmação das culturas locais, regionais, etc.... Isso leva a mecanismos de diferenciação na apropriação que fazemos da instituição escolar. O que é que isto quer dizer? Quer dizer que nós vamos ter que definir, dentro do sistema nacional, não os mecanismos de homogeneidade, todos alinham pela mesma bitola, mas os mecanismos da diferenciação. Porquê? Porque o sistema nacional tem de ter uma parte comum, que é isso que é nacional; E, depois, vai ter de abdicar de uma parte, quer do currículo, quer das práticas, quer das lógicas de gestão, etc..., para afirmar ou permitir afirmar dimensões locais e regionais. São dimensões culturais. A diferenciação cultural que, hoje, cada vez mais, existe obriga a que o próprio sistema tenha de ganhar flexibilidade para encontrar soluções diferenciadas para problemas diferenciados. Eu conheço a sua preocupação. Mas quando coloca o problema do currículo. Tem sentido no que diz respeito: quer dizer, não há conhecimento base local que justifique 25%. Só que, o que está lá, pelo menos daquilo que eu entendi, é que: Há 25% de margem de gestão do currículo para eu permitir fazer uma coisa que é assim: Vou dar mais matemática: ou seja, eu entendo que tenho um problema aqui a matemática; Então, vou gerir o currículo, sem prejudicar as outras cadeiras, para que possa dar mais um pouco de matemática aqui; Mas, entretanto, eu posso afirmar um novo projeto educativo, numa determinada escola, por, por exemplo, acentuar ou investir na formação musical dos alunos. E isto dentro dos 25% de margem que eu posso gerir. Portanto, há outros que dizem: Não, eu quero afirmar, por exemplo: a formação desportiva. Temos aqui um presidente que está ligado a isso. E portanto há um agrupamento de escolas que quer, no fundo, reforçar precisamente a afirmação do Desporto

Escolar; E, então, faz um investimento maior, dentro dessa margem que lhe é dada, nessa vertente. Eu até admito que se possa ter uma cadeira de história local. Mas não tem sentido. O que é que tem sentido? É que, eventualmente, nós possamos dentro de meia hora semanal, se possa dar numa disciplina de história de um determinado ano, se possa dar atenção à história local. Entendo isso perfeitamente. Está a ver? A ideia é esta. Eu concordo consigo quando colocou as coisas naqueles termos. Mas não é isso que julgo que é a substancia e, digamos, o conteúdo. Relativamente ao problema de municipalizar o processou ou não. Eu acho que o termo municipalização foi criado para dar cabo da descentralização. E porquê? Tal, como, por exemplo, o conceito mega-agrupamento foi inventado para dar cabo dos agrupamentos. E, portanto, são táticas que são conhecidas; E já as conhecemos há muito tempo e portanto não vale a pena. E portanto, o problema que se põe aqui é que, o conceito de municipalização só tinha sentido, se, por acaso, este tipo de transferências conduzisse a uma tutela direta de um município sobre as suas escolas. Isso é municipalização. E em alguns aspetos, e de acordo com o discurso de alguns intervenientes, alguns Presidentes de Câmara era isto que queria. Felizmente, não foi esta a solução que foi adotada. Porque, é um pouco difícil haver municipalização, quando nós estamos a falar de dois tipos de administração descentralizada completamente diferentes. Juridicamente, no caso administrativo, aquilo que temos: escolas são administração descentralizada do Estado. Podem deixar de o ser. Então, mas, alterem toda a lei. Pode-se discutir sobre isso. Não é isso que aconteceu. Enquanto que os municípios são autónomos e independentes, porque são uma administração local. Em termos de direito administrativo, é isto. E, nesse sentido: eu não tenho, neste quadro legal e institucional; eu não tenho capacidade de dizer que o município vai mandar nas escolas ou que vai tutelar as escolas. Eu sei que há municípios que queriam isso. Eu sei por exemplo que o Município de Cascais queria criar um serviço, que geria, digamos, os recursos das várias escolas, uma espécie de ministério à escala concelhia. Eu devo dizer: - Isso foi uma das coisas que nunca me passaria pela cabeça, porque eu acho que não tem sentido, porque é transferir a burocracia do ministério para a burocracia local. E o problema das escolas e da autonomia das escolas é o excesso de burocracia, quer de umas, quer de outras. Portanto, eu espero que isto não conduza precisamente a uma regulação burocrática, por via dos municípios sobre as escolas. Porque não é isso que está lá. Pelo menos, daquilo que eu conheço e da experiência que eu tenho, não é isso que eu vejo no contrato, no decreto-lei ainda muito menos porque o decreto-lei não é suficientemente explícito sobre isso. Portanto, nesse sentido, o problema de municipalizar ou transferir para as escolas, não tem de ser as duas coisas. Tem de ser as duas coisas. E o desafio que se coloca é que, sendo as duas coisas, convêm que seja o mais equilibrado possível. Ou seja, que eu possa delegar poderes nas escolas e possa delegar poderes nos municípios de forma equilibrada. E esse equilíbrio tem que ser feito funcionalmente também, ou seja, permitir que as escolas façam aquilo que sabem fazer e não se preocupem com aquilo que não é a sua missão, e que os municípios façam aquilo que sabem fazer. A missão do município não é ensinar. Isso com a escola. Portanto, se cada um fizer aquilo que lhe compete e se fizer cada vez melhor; eu acho

que, o processo poderá ter virtualidades. Poderá ter virtualidades. E, portanto, pôr a tónica ou num lado ou no outro: Eu acho que é um falso problema; Tem de se pôr a tónica nos dois. Este será o tempo adequado, atendendo a que é ano eleitoral? – Esta é a parte que eu não vou responder. Não me levem a mal, eu vou contar uma estória. Quando eu preparei uma nova proposta da lei de bases da educação, em 2003, com um ano e meio de antecedência. Nem sabia que ia sair tão cedo. Nem sabia que o Dr. Durão Barroso ia para Bruxelas. Elaboramos uma proposta de lei de bases e, essa proposta, vamos ser objetivos, foi negociada, articulada, preparada com o acordo do maior partido da oposição da altura o Partido Socialista. O meu interlocutor era o professor Augusto Santos Silva, era meu amigo e, portanto, estávamos á vontade. Entendemo-nos sobre tudo menos numa coisa que era: designar, eleger, nomear, o diretor das escolas. E aquilo que era a posição do Partido Socialista, era que: era intransponível e irredutível contra a ideia que o diretor das escolas tem de ser eleito pelo órgão coletivo da escola. E aquilo que eu dizia era o seguinte: - Se vocês defendem a eleição, tudo bem; - A gente defende o concurso. Vamos por aqui uma maneira que dê para os dois. Ou seja: Vamos definir que é um processo público: Pode ser: nomeação; eleição; concurso; designação; tudo o que é um processo público de acordo com as regras, digamos que, características do Código de Procedimento Administrativo e da Administração Pública. É um processo público. E não foi aceite. Não foi por ele, obviamente, porque a decisão é mais coletiva. Não foi aceite por uma razão, porque estávamos a mês das eleições europeias de 2004. Eu disse tive pena. Essa foi uma das razões porque depois o Presidente República Dr. Jorge Sampaio, vetou a lei, não promulgou a lei. Foi aprovada só por maioria dos partidos. Não promulgou a lei. E eu entretanto já estava de saída, porque o Dr. Durão Barroso tinha ido para Bruxelas. E, qual não é o meu espanto, quando é nomeada a Senhora Professora Maria de Lurdes Rodrigues, também é minha amiga, para Ministra e, passado pouco tempo percebi que tinham arranjado uma solução muito interessante: Que era um processo público, em que primeiro faz-se o concurso e depois elege-se. Ou seja, aquilo que na verdade poderia ter sido possível fazer não foi feito; foi feito um ano depois com uma mera alteração de vocabulário. Mas o processo, substância, estava lá. Eu não quero entender que seja admissível, que só por questões formais, que não se tomem decisões políticas que, no fundo, na prática, todos concordam. Porque eu também tive a oportunidade de ouvir a intervenção do senhor deputado, da sua crítica, que é sobre outro processo, não é propriamente sobre a finalidade. Sobre a finalidade, o senhor deputado não foi muito claro. Mas, por exemplo sobre o processo: Criticou. E eu acho bem e algumas das críticas que o senhor expôs eu subscrevo. Vamos admitir que o Partido Socialista poderá ganhar as próximas eleições: O que é que vai fazer a este processo? Daquilo que tenho ouvido de colegas meus, bem posicionados dentro das direções do Partido Socialista, houve mesmo um colega meu que me disse: gostava de ter sido eu a fazer isso. Ouça, não vale a pena nos especularmos sobre isso. É pura especulação. E portanto estamos perante um problema. Querem adiar para mais tarde? Eu acho que o que conta aqui é a posição dos interesses do concelho. Portanto, se pusermos os interesses dos alunos e o interesse do concelho à frente, eu, sinceramente, acho

que, o problema da oportunidade não será assim tão grave quanto isso. Mas respeito a opinião do senhor deputado. Só lhe queria dizer isto – Muitas vezes há oportunidades que se perdem e que se traduzem apenas em atrasar o processo. Eu acho que há coisas que já têm o custo político. Então, se já está o custo político; é fazer. Mas essa é a área que eu não quero entrar. Portanto, os senhores deputados, os senhores presidentes de câmara e ministros e secretários de estado entender-se-ão sobre isso com estes ou com outros quaisquer. Eu acho que respondi a tudo, ou não? Só um comentário final: Eu volto a dizer; na terça-feira estive num debate na SIC em que estava eu (sou militante do PSD, embora já afastado), o Ministro Nuno Crato (independente mas ministro do Governo PSD), o professor Júlio Pedrosa e, o Dr. Jorge Pedreira; Não sei se é feitiço meu, mas eu tenho bom relacionamento com todos; O Dr. Jorge Pedreira foi meu assistente e foi meu colega durante muitos anos; Mas isso não quer dizer que eu não respeite a diferença. Uma coisa é certa, naquele debate, houve colegas meus que disseram assim: “Aquilo foi muito mole; Vocês não se atacaram uns aos outros; Aquilo é bloco central.” Eu disse: - Não. -Sabes as pessoas que lá estavam, já não querem voltar ao lugar, já não querem voltar a ser ministros, estão à vontade para dizer aquilo que sentem, mesmo, e não estão limitados pelo facto de serem candidatos a isto ou candidatos àquilo. Eu acho que de vez em quando vale a pena nós nos despojarmos e termos a coragem de dizer assim: Olhe, eu critico isto, isto, isto, mas, vamos lá tentar sentar à mesa e vamos negociar esta “brincadeira.” É básico. O interesse dos miúdos deve estar acima de tudo. Eu acho que nós temos de fazer algum sacrifício, eu próprio faço algum sacrifício em especial no Conselho Nacional da Educação. No Conselho Nacional da Educação, não obstante ter um cartão partidário, eu - Presidente do Conselho Nacional da Educação, não tenho partido nenhum; Eu tenho que ouvir todos; E tenho que contar com o contributo de todos. Há algumas pessoas que dizem: Vais convidar este? – Claro que vou. Eu não concordo com ele mas tenho a obrigação de o ouvir. Tenho a obrigação de ter em atenção o seu contributo. E às vezes é melhor precisamente para nos ajudar a pensar e melhor as coisas. A democracia é isto. E porá isso é que existem partidos e também tem que haver, depois, instituições que consigam reunir, congregar, essas várias opiniões numa base comum. Não. Tem de haver coragem para dizer assim: Concordamos com isto, com isto e com aquilo, e não concordamos com aquilo. E marca a diferença por aquilo que não concorda. Mas também marca a diferença em relação a outros que é tipo terra queimada, que é: nada. Eu acho que temos de modicar um bocadinho esta forma porque, nomeadamente na área da educação, foi aqui dito também, o senhor deputado levantou aqui o debate ideológico. Quer de um lado quer do outro nós temos de manter a nossa ideologia, cada um tem a sua, mas há pontos comuns. Há alguém que não concorde que nós temos de investir no combate ao abandono escolar? Todos concordamos. Não é possível arranjarmos um conjunto de medidas em que estejamos de acordo para combater o abandono escolar? Temos uma chaga enorme, no sistema de ensino, que é as elevadas taxas de retenção: chumbo atrás de chumbo, aquilo é uma chumbaria de meia-noite. Não havemos de chegar a um acordo, fácil, para que nós possamos eliminar esta autentica vergonha nacional que em cada três miúdos, pelo menos, há um que uma

retenção? Isto é uma vergonha. E nós não nos conseguimos entender sobre isso? Eu acho que sim. Há determinado tipo de coisas que se nós definirmos bem os objetivos, eu acho que conseguimos. E portanto, este problema da descentralização, não tem a ver com o problema do abandono, não tem a ver com o problema do financiamento. Não tem a ver com isso. Mas é um passo. São dez concelhos. Não há nenhuma reforma sobre isto. São dez experiencias que se vão fazer. Deixem lá ver como é que é? Ao fim de 4 anos deu mau resultado? Acabou. Qual é o problema. Não há nada que se torne irreversível. Agora, temos é de estar atentos a acompanhar o processo. Também não vale a pena é depois termos ali os indicadores todos – aquilo até correu bem; E depois, não, não, correu mal. Assim não. Tem de haver aqui alguma honestidade relativamente a isso. Eu, sinceramente, acho que tudo tende da forma como as coisas forem negociadas. Porque eu acho que na maior parte das forças políticas há, pelo menos, aceitação do princípio que: maior envolvimento das comunidades locais na formação dos seus filhos e dos seus netos é um bom princípio. O problema é saber como é que vamos concretizar: É agora, mais tarde, mais à esquerda, mais à direita. Eu tenho sempre esta preocupação: Eu não meto em nenhum avião que eu não saiba onde é que vai aterrar. O piloto pode ir mais acima, ou mais abaixo, mais pela esquerda, ou pela direita; Agora, se eu não sei onde é que ele vai aterrar, de certeza que eu não me meto nele. Agora, se nós sabemos onde é que o avião vai aterrar e até pode fazer escala, eu não me importa nada de ir no avião. Agora, se querem mais à direita: vai mais à direita; se querem mais à esquerda: vai mais à esquerda. Desde que seja para evitar a tempestade, não tenho problemas nenhum. O que me interessa é saber quando e onde é que vai aterrar. Eu acho que, aqui, sabe-se o que é que se quer, sabe-se que se pode ir devagar ou mais depressa, sabe-se que se calhar vamos ter de fazer uma escala para reabastecimento, até podemos mudar de piloto pelo meio, mas o que interessa é saber se podemos fazer a viagem e saber se queremos lá chegar. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao deputado Bruno Aragão, do PS. =====

===== Obrigado Senhor Presidente. Obrigado Senhor professor David Justino. Gosto sempre destes debates, destas trocas de ideias, porque tenho a certeza que todos crescemos com isso. E pedir desculpa por alguma ingenuidade minha quando introduzi aqui a questão do ciclo eleitoral. O que eu queria dizer com a questão, tem a ver com a maturidade do processo, isto é: Uma vez que isto ainda está em fase de negociação, tem muitas questões abertas, reconhecemos que o processo tem muitas virtualidades se, uma negociação com mais cautela, independentemente do piloto do avião se não sai beneficiada com o tempo e não, enfim, com a assinatura de um contrato para o mês que vem, o que for. Peço imensa desculpa – mesmo - com aquele aparte, a minha ingenuidade e talvez a minha jovialidade na política ainda tem destes problemas. Mas era nesse sentido – maturidade do processo e uma vez que, muitas questões, questões muito importantes estão ainda em aberto. Obrigado. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao deputado Carlos Afonso, do PS.* =====

===== *Senhor professor, só duas ou três questões, em função da sua intervenção. Primeira: Eu sou um defensor da escola pública. Eu estive na escola primária e cheguei ao ensino superior sempre na escola pública. E portanto, eu sou um defensor acérrimo da escola pública e, não me passa pela cabeça institucionalizar a escola privada como sendo um modelo do ensino em Portugal. O exemplo que deu, relativamente aos seus filhos, salvo o devido respeito, não pode ser essa a matriz para o ensino em Portugal. E, portanto, entendo que, devemos defender a escola pública com melhores condições, melhores fundamentos, para termos melhores alunos, melhores homens, melhores dirigentes e melhores políticos. Esta era a primeira nota. A segunda tem a ver se estamos aqui numa municipalização ou não? Se nós pegarmos na matriz das responsabilidades: Definição das vagas por ano de escolaridade, de cada Agrupamento de Escolas ou de Escola; Gestão dos processos de colocação de alunos; Definição de regras de constituição de turmas; Será que isto não é municipalizar a própria escola? Nós estamos aqui a falar de elementos que a própria escola pode fazer isso. Por que razão é que há de ser o município a gerir isto e a decidir sobre isto? Não será isto municipalização? Muito obrigado.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Diretor do Agrupamento das Escolas Dr. Ferreira da Silva – Dr. António Figueiredo.* =====

===== *A questão que foi colocada era, se tínhamos ou não melhores frutos educativos com a aplicação deste processo do “Aproximar a Educação”? Eu digo-lhe que, para mim, entendo este processo como uma oportunidade. Uma oportunidade, para pensarmos, para debatermos, para definirmos. E a oportunidade de quê? De aproximar a decisão das comunidades locais. Eu lembro-me aqui há muitos anos que se fez um referendo sobre a regionalização. Eu sempre fui muito a favor da regionalização, porque acho que se deve aproximar o poder das comunidades. Nós somos capazes. Não é necessário Lisboa decidir por nós. É isso que eu entendo. Posto isto, entendo também que deve haver, neste processo, um reforço dos poderes dos órgãos das escolas, isto é: Não é transferir o poder do Terreiro do Paço para os Paços do Concelho. Não é. É reforçar os poderes dos órgãos eleitos democraticamente das escolas. E, se isto acontecer: E até na ótica do que senhor Dr. David Justino referiu: “Deixarmos o debate ideológico e passarmos para a coisa concreta, o interesse dos alunos que é isto que nos deve mover”. Eu acho que é capaz de resultar daqui um bom processo. Acho que talvez valha a pena pegar no avião. É nesse sentido que eu entendo isto, mais não lhe poderia dizer. Acho que se tem feito aqui um trabalho com a Câmara no sentido de se trabalhar esta matriz, está muitíssimo diferente da atual, não deve estar perfeita, há propostas ainda de alteração mas está-se a fazer o trabalho.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Vereador da Educação – Dr. Isidro Figueiredo.* =====

===== *Respondendo aquilo que foram as interpolações para dizer o seguinte: Em primeiro lugar, o professor David Justino de alguma forma já respondeu à pergunta que o senhor deputado Carlos Afonso me fez, relativamente à gestão do currículo local e na definição dos currículos locais. É evidente que, nós, ainda, não estamos no processo, estamos a negociar o processo. Evidentemente que aquilo que consideramos: É uma vantagem ou é uma desvantagem ter essa possibilidade? - Essa é a primeira questão que eu coloco. Evidentemente no sentido e na perspectiva de corresponder aquilo que é identificado como uma necessidade local. Foi aqui referido a questão do reforço da matemática como se poderia falar de outra área, da área artística, do desporto ou de qualquer outra. Eu até costumava, de alguma forma, referir, por exemplo, na medida em que estamos em Oliveira de Azeméis, estamos na terra de um escritor Ferreira de Castro que não tem a divulgação que tem a nível nacional mas, provavelmente, seria interessante desenvolver um reforço através da disciplina de português ou de uma outra área que pudesse ser criada a divulgação e, de alguma forma, o incentivo á partilha daquilo que é a obra humanista de Ferreira de Castro e que ajuda também, de alguma forma, na parte da educação cívica dos cidadãos dos alunos que estão em formação. É, em primeiro lugar, de reconhecer que há vantagem no facto de, dizer, dizer não, estar escrito que é possível aproveitar esta questão da implementação de um currículo local. De resto, nem sequer é uma novidade. Isto já existe em termos legais. Aliás, o contrato, também para limitar algumas das tendências efusivas de alguns autarcas de quererem aumentar significativamente o currículo, diz: "... de acordo com a legislação aplicável". Portanto, aí, limita logo a questão pela base e pela raiz. E, de alguma forma, ainda bem. Porque tem que haver regras e regulamentação que permitam não haver também a tendência para os excessos e para determinados protagonismos. Portanto, relativamente a essa matéria, obviamente, depois, do processo iniciado, naturalmente, que isso será sempre feito em conjunto com aqueles que são os responsáveis locais: Pode ser no âmbito do Conselho Municipal de Educação? Será no âmbito do órgão permanente? É uma questão que ainda está por redimir. Como disse, ainda há algumas questões numa área que não está totalmente clara e que é preciso clarificar relativamente ao que são as propostas deste contrato interadministrativo de delegação de competências. Relativamente às questões colocadas pelo senhor deputado António Rosa, dizer o seguinte: É evidente que, é público e é sabido que, houve de facto um tempo de alguma reserva. Mas isso faz parte de qualquer negociação. Há o tempo, do iniciar do processo, de perceber se as questões têm pernas para andar e, depois, de passar da negociação para discussão pública. Ela foi feita em vários momentos, não vale a pena estar aqui a disseca-los todos mas, por exemplo: Em maio, houve um debate, relativamente a esta matéria, realizado na Escola Secundária Ferreira de Castro; No início do ano letivo, em setembro, com a presença do professor David Justino, houve novamente um outro debate agora promovido pela própria*

Câmara Municipal; Houve, como aqui foi referido, a questão do debate na rádio que demorou das três às cinco e um quarto, portanto 2 horas, e onde foram abordadas as questões transversais, as dúvidas, aquilo que é necessariamente uma preocupação dos diretores, como é dos presidentes dos conselhos gerais, como é nossa, como é do comum cidadão que se interessa por estas matérias. E portanto a questão de que isto foi fechado numa caixa, ou que foi escondido debaixo de um alqueire, é completamente falsa. E isso foi desmentido, claramente, nesse debate pelos diretores e que, depois, como referiu e bem, foi publicado no jornal relativamente a essa questão. Portanto, aí, creio que, também, nesse capítulo as coisas convém desmistifica-las porque não vale a pena estarmos a dizer que as coisas se processaram de uma maneira quando toda a gente sabe que não foi assim. Mais, há um trabalho conjunto - e eu gostava de sublinhar isto, há um trabalho conjunto, que teve várias reuniões de trabalho; E, sobretudo, com quem? Com aqueles que são parceiros e que estão implicados neste processo, que são os diretores de Agrupamento e os presidentes dos Conselhos Gerais. Que foi ao ponto de, na última reunião de trabalhos que tivemos que ocorreu, precisamente, em Fajões, na Escola Básica e Secundária de Fajões, durante uma manhã inteira, nós conseguimos ir ao encontro daquilo que eram algumas das preocupações dos senhores diretores e também da nossa parte porque - como disse o professor David Justino e bem - temos de potenciar aquilo que a Escola já faz e faz bem; E também potenciar aquilo que o Município faz e faz bem e pode, ainda, em rede, em parceria, poder fazer ainda melhor. Portanto, nessa reunião de trabalho - como eu estava a referir - produzimos um documento que é significativamente diferente daquele que estava inicialmente proposto, que mereceu a concordância de todos, mas que - também já o referi aqui hoje - vai merecer ainda uma nova afinação em função daquilo que são as novas regras delineadas por este contrato que, acrescenta algumas novidades e portanto, terá de ser evidentemente em acordo e em consonância com aquilo que é este princípio de dar mais autonomia e dar mais responsabilidade aos Agrupamentos e colocar no papel do Município aquilo que já faria e que faz. Aliás, eu lembro, que: não estando ainda neste momento em vigor nenhum contrato interadministrativo de delegação de competências do Município nos Agrupamentos; o Município já faz muito investimento nos respetivos Agrupamentos através de diversas formas, desde obras, projetos; participações numa série de atividades que já lá está de alguma forma o cunho; e não foi preciso nenhum contrato, nenhuma assinatura, nenhum aspeto burocrático que impedisse ou que obrigasse o Município de alguma forma tenha feito e faça e continue a fazer o investimento que faz na qualidade da educação. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente do Conselho Nacional da Educação – professor David Justino, responder às questões colocadas. =====

===== O problema das turmas. Não tenho aqui precisamente o Anexo I, que tem os indicadores das turmas. E portanto, quero acreditar na sua informação embora, a informação

que eu tenha, seja, de que, o problema das turmas é da exclusiva responsabilidade da Escola. Sujeita, não ao Município, mas sim, à Administração Central, nomeadamente à Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares que irá definir quantas turmas é que a escola tem direito em determinado ano e a escola, depois.... Isso é uma conquista. Ainda vamos ver como é que isso vai ser. Pelo menos da informação: Ainda não percebi bem; E aí as minhas dúvidas. Eu defendo que uma escola devia ter, por exemplo: Eu não me importo nada de ter uma turma de 30 alunos bons. Mas, eu para ter uma turma de 30 alunos bons, isso poderia autorizar-me a ter uma turma de 15 alunos mais fracos. Se eu mandar uma coisa destas para a DGEstE: Eles dizem: - Não pode ser; - Repartam lá as duas turmas. A ideia é esta: A DGEstE define claramente: Vocês com este número de alunos e com mais estes alunos com necessidades educativas especiais, vocês têm direito a tantas turmas. Agora, a escola é que vai dizer se mete mais numa, mais noutra, se mete as necessidades especiais educativas aqui ou acolá. É esse o princípio que devia ser. E portanto, eu acho que é possível chegar a esse ponto porque julgo que vai-se caminhar nisso. Porquê? Por causa do problema do registo centralizado de matrículas. Porque o problema que se põe aqui é o controlo. Senhor doutor a gente sabe destas coisas; Eu também me queixo de Lisboa; Mas, cuidado. Como dizia, aqui, uma senhora professora que ouvi, aqui, em setembro: "Senhor professor, o patrão o mais longe possível." Essa é a melhor resposta e o melhor argumento contra a descentralização. Essa resposta para mim disse tudo. Eu registei logo:- O patrão o mais longe possível -. O que isto que r dizer: Eu acho que tem a ver com mecanismos de responsabilização. Porque a gente sabe muitas vezes que quando um diretor de uma escola pede ao ministério: preciso de tantas turmas; está com uma postura mais ou menos reivindicativa e há muitos diretores, não direi todos, felizmente não são todos, que metem sempre a unha (como se costuma dizer), ou seja: pede sempre a mais para depois lhe dar depois o resto. E é este tipo que dá cabo do sistema. Eu lembro-me perfeitamente, quando entrei, em 2002, no Ministério uma das primeiras coisas que eu perguntei - estávamos em abril, maio – eu perguntei à Diretora Geral de Pessoal, na altura Dr.^a Joana Orvalho, e disse: Senhora Dr.^a desculpe lá- qual é número de pedidos? Não sei se lembram, nessa altura nós tínhamos, não era horários zero, eram destacamentos, requisições e isenção de carga letiva e redução, tínhamos cerca de dez mil horários zero. Dez mil. Ou seja, dez mil professores, sem componente letiva atribuída. Fora aquelas parciais e já nem contávamos com isso. Dez mil. E com dez mil professores, que estão lá a fazer outras coisas, componente letiva atribuída no sistema, podiam estar a dar aulas noutra sítio qualquer, ou podiam estar na Administração Educativa ou nos CAES. E perante este excesso de professores, a Dr.^a Joana Orvalho disse-me: - Senhor Ministro temos lá mais quatro mil e quinhentos pedidos de horários completos. Eu disse assim: - Estou tramado. Com a Dr.^a Manuela Ferreira Leite a dar-me cabo da cabeça; Como é que vou fazer isto? Acabamos com uma grande parte de destacamentos e requisições e fizemos regressar às escolas cerca de três mil e quinhentos professores. Não se conseguiu tudo de uma vez. Mas logo no primeiro ano foram à volta de três mil. Mas, tem a ver com isto. E tem a ver com o facto de muitas vezes mais o projeto A, mais projeto B, mais o projeto C, mais uma redução de horário; é

muito dinheiro que está envolvido nisto. E portanto o facto de haver algum controlo não me choca. O que me choca é através desse controlo estrangular o funcionamento da escola. Isso choca-me. Isso é que eu não posso aceitar. Portanto, nesta parte das turmas, eu acho que a solução não vai ser aquela que está ali explícita. Mas é daquela margem de negociação que se tem de saber negociar. E dizer assim: Vocês, - só têm que me dizer: Por ano, naquela escola, vocês só podem ter tantas turmas. Agora, deixem-me fazer a organização de turmas. E quando deixem – é a escola a fazer. Porque: Quem sabe de organização de turmas, é a escola; Quem sabe de estratégias de organização pedagógica, é a escola; Quem sabe de medidas de recuperação de alunos com dificuldades, é a escola. – Hermínio, queres ser também diretor de escola? Não queres pois não? Não tem sentido. É um problema de bom senso. Agora, eu sei que às vezes há situações em que há falta de bom senso. Eu reconheço isso, às vezes há falta de bom senso. Eu acho que nós temos que arriscar. Tem toda a vantagem que a gestão do currículo, nessa margem que lhe expliquei, possa permitir a diferenciação entre as escolas do mesmo município. Por exemplo: em vez de termos todas as escolas a fazer o mesmo, eu possa orientar cada uma das escolas para uma área em que se possa permitir ter maior vocação; Se tenho uma escola com mais vocação para o ensino da música, por exemplo, eu possa orienta-la mais nesse sentido. Se eu tenho uma escola que tem mais vocação para o ensino das ciências, para a engenharia, eu possa orientar as coisas nesse sentido. E portanto, essa margem de gestão, vai permitir, nomeadamente nos municípios urbanos que têm um número considerável de municípios, criar identidades escolares diferenciadas - Mas diferenciadas para quê? - Para que elas possam ser complementares e possam permitir liberdade de escola. Qual é a minha liberdade de escolha, se são todas iguais? Mas isto que ser decorrente da articulação do município e a escola, no que diz respeito á coordenação das ofertas e dizer assim: Desculpem lá – não vão todos fazer o mesmo; Não vão todos fazer cursos de formação de restauração, porque não há emprego para tudo. Aquele vai só fazer restauração, o outro vai-se especializar em receção turística: Estão a ver? É isto que se pretende. Agora, isso não está explícito, a filosofia não está explícita, no documento. Mas isso é a forma como o Município se apropriar deste instrumento que poderá, precisamente com os diretores das escolas, definir perfis de formação específicos de forma a especializar e haver complementaridade. E aí, sim, os pais e os miúdos poderem escolher diferentes perfis de formação. =====

===== Findas as intervenções, pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi dito: “E agora manda o bom senso que ouçamos o público. Eu penso que grande parte das perguntas que queriam fazer ao professor David Justino já tem resposta. De qualquer maneira pedia então ao excelentíssimo público que, se inscrevesse (levantasse o dedo), quem quiser usar da palavra.” =====

=== PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO) ===

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição de José Maria Godinho de Sousa, Leonel Martins, José Carlos Soares, Mário Luís e Carlos Matos.=====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor professor José Maria Godinho de Sousa, Presidente do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Soares de Basto. =====

===== Boa tarde a todos. Permitam-me que cumprimente todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal. E, não resisti a vir, apenas para fazer um pequeno testemunho. Isto, porque considero-me despido deste jogos partidários, destes interesses partidários e até sindicais, porque infelizmente assistimos a uma discussão que por vezes discute-se o acessório e não se discute realmente o conteúdo. Eu sou Presidente do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Soares de Basto. Em 1998 quando foram criadas as assembleias de escola, foi assim que começou este órgão, convidaram-me a candidatar ao órgão e a presidente e desde aí tenho exercido esse cargo. Ao longo destes 16 ou 17 anos, já passaram por mim imensas gestões e vários processos onde houve transformação de regime, tive vários presidentes de conselhos diretivos, tive vários elementos de conselhos diretivos e agora tenho uma diretora. E já tenho alguma experiência sobre estas questões. Não tenho experiência político partidária porque a experiência é sempre política; Dizem sempre que tudo que fazamos, é político. Mas se calhar eu posso fazer coisas que são políticas da esquerda, outras que são políticas da direita, de certeza absoluta que não deverão ser só de um partido. Isto para vos dizer que a minha preocupação, ao longo destes anos todos, como professor e como responsável na instituição, foi sempre: Procurar soluções; Procurar melhorar; Não ter medo de reformar; Não ter medo de avançar. Eu já sou velhote, eu hoje já tenho netos no Agrupamento e, como tal, poderia ser daquelas pessoas que, têm sempre receio, não quer avançar, não quer arriscar e mais vale estar assim que assim estamos certos, temos o que temos e não sabemos o que é que vamos ter. Não. Eu sou diferente. Eu arrisco. Naturalmente que faço a minha avaliação do risco e, quando vejo que se deve arriscar, eu procuro lutar e trabalhar por isso. E recordo-me precisamente quando estava aqui na minha escola - Escola EB 23 Bento Carqueja -, existia um Agrupamento Horizontal ao nível do 1º Ciclo. Começamos a falar que: Eu defendia sempre que o ensino é Vertical não podia ser Horizontal, aquilo estava errado, que não dava nada. Andamos, andamos e aquilo em termos nacionais avançou e, lá fomos para o Agrupamento Vertical. Mas, quando chegou a hora de decidir: Tínhamos de ser nós a decidir na Escola, na assembleia da escola. E lá estava uma série de colegas: Que não; É sempre um risco; Não. Até mesmo o próprio conselho diretivo, na altura, eram todos contra mim. Tive muito trabalho para lhes dizer que era bom, porque o miúdo tem um percurso vertical. Lá conseguimos, então, convencer toda a gente - aprovamos e, deram-nos o Agrupamento Vertical. Ao fim de dois, três, quatro, ou cinco anos estavam todos satisfeitos. Afinal valeu a pena. E era um erro não ter avançado. Agora, há pouco tempo surge outra situação: Nós tínhamos o Agrupamento de

Escolas Bento Carqueja e, ao lado, tínhamos a Escola Secundária Soares de Basto. Então, havia a questão dos amiantos e essas coisas todas, da nossa Escola velha e a escola Soares de Basto ia ser reconstruída. E nós dissemos: Então e nós? Começou-se a trabalhar a ideia de procurarmos juntar-nos à Escola Secundária Soares de Basto, fazer um Agrupamento maior, para podermos ver se conseguíamos entrar nas obras e, então, resolvíamos um problema total. Lá tive outra vez um grupo imenso: Que não; Que aquilo lá em cima é diferente; Aqui em baixo é que estamos bem. Uma coisa louca. Lá tive de andar outra vez a convencer e a convencer - não há nenhum lobo mau. E conseguimos outra vez fazer aprovar a fusão e fazermos o Agrupamento de Escolas Soares de Basto. Hoje, passados dois anos, verifica-se que fizemos uma boa opção, até porque vamos ter uma Escola nova. E, é assim neste contexto que eu entendo que as pessoas quando estamos para mudar, para arriscar qualquer coisa há sempre receio. Também é verdade que há aqui um contrassenso. Nós passamos a vida a queixarmo-nos que as coisas, não andam, são demoradas, demoram muito tempo. Agora, estão a pedir para atrasar, para esperar porque está a acabar um ciclo político. Eu, como cidadão, não sei o que é um ciclo político. Até porque, hoje, temos um Governo, uma Assembleia da República mas, se calhar, amanhã até pode haver uma demissão do Governo, como já esteve para haver aqui há pouco tempo o Presidente dissolver a Assembleia da República e lá se foi o ciclo político que não acaba daqui a seis meses acaba já. Nós também não sabemos se nas próximas eleições vai haver estabilidade política. Não sabemos se a votação vai ficar repartida e depois vai haver dificuldade em formar governo. Portanto, nós não temos de estar a pensar naquilo que não sabemos que vai acontecer. Agora, temos é que saber discutir aquilo que está na mesa. E posso-vos dizer que neste espaço de tempo que estivemos a discutir; Eu digo-vos que, eu, pessoalmente, estou muito satisfeito. Naturalmente que o Agrupamento de Escolas Soares de Basto, só decidirá quando chegar ao fim do processo. Para já estamos satisfeitos, mas não quer dizer que a gente tenha aprovado a nossa adesão ao processo. Mas, o que é verdade é que, temos tido da parte da Câmara Municipal e do Ministério da Educação onde já fizemos uma reunião também com muita discussão acesa e que foi muito produtiva e se calhar destas reuniões é que houve a alteração desta última versão, que eu ainda não conheço bem porque não tive tempo; Mas, a tomar em consideração a última versão e aqui é que está o conteúdo da matriz. Isso é que é o importante. Depois a discussão política: - Desculpem, mas a matriz é que é importante porque é através dessa matriz que nós vamos ter maior sucesso com os nossos alunos. Eu, estou a chegar ao fim. Já tenho três netos, dois na escola, um no pré-escolar. Eu sou realista, não ando aqui a sonhar que vou viver até aos cem ou duzentos anos, não, eu sou realista. Começo a entrar naquela parte que é para ir embora. Mas temos de ter obrigação de procurar fazer o melhor para os nossos filhos e para os nossos netos. Agora, nesta fase, o que acontece é que nessa matriz: Na última reunião o que o professor Isidro falou foi interessante e nós chegamos no final da discussão, com os grandes especialistas dessa matriz que são os Diretores dos Agrupamentos – António Figueiredo; o Camilo; Maria José e etc..., esses é que são os grandes especialistas, porque eles dominam aquilo perfeitamente, porque eles trabalham

no dia-a-dia, os Presidentes dos Conselhos Gerais não têm tanta profundidade técnica como eles têm mas, todos em conjunto, fez-se ali uma discussão em que foi tudo discutido e a opção foi sempre unanime e onde chegamos à conclusão de que o Município tinha ali uma preocupação que era não ficar com muitas responsabilidades. Por isso, não fiquem com a ideia que o Município quer tutelar. Eu até vos posso dizer que nessa discussão houve lá um conteúdo em que o Município não o queria e nós obrigamos a ficar com ele. Portanto, vejam só onde nós chegamos. E eu queria só concluir o meu testemunho e dizer a esta geração da classe política de Oliveira de Azeméis e aqueles que estão a começar que: Como nós queremos uma melhor geração na educação nós também queremos uma melhor geração política e procurem ser pessoas que discutam os assuntos, os conteúdos despidos de outros interesses. O importante é nós termos soluções não é contribuímos para o problema. Nós em Oliveira de Azeméis não somos competentes e capazes de gerir a nossa educação? Somos. Agora só falta saber, se as condições que nos dão permitem fazê-lo: Se permitirem? - Porque não. - Nós não somos nenhuns incompetentes. Nós não fugimos ao nosso trabalho. Nós não fugimos às nossas responsabilidades. Nós estamos e é isso que devemos fazer. Deixo aqui um apelo: Nós, também, nos Agrupamentos ainda não decidimos, estamos a trabalhar. E apelo que eu deixo é: “Procurem ajudar e fazer parte da solução.” É isso que nós queremos para a nossa comunidade e para os nossos descendentes. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor professor Leonel Martins, do Agrupamento de Escolas Soares de Basto. =====

===== Muito boa noite a todos os presentes. Relativamente à municipalização do ensino, eu acho que, a grande questão é saber: se a educação beneficia ou não com essa mesma municipalização. Essa é a questão de fundo. E para isso é preciso que as pessoas abdicuem um bocado da sua posição político-partidária. Que não tomem uma posição porque é essa a posição do partido. Ou que sejam contra a municipalização porque é essa a posição do seu partido. Acho que devem pensar sim, se realmente desta municipalização vão sair benefícios para a comunidade escolar. Acho que devem pensar em função disso e por de parte as questões político-partidárias. E nesse sentido, nós deveríamos ter, independentemente da cor política, devemos ter uma abertura suficiente para ouvir as críticas, as observações dos outros e não ver nelas uma mera participação do contra. Porque levantaram-se aqui questões que eu acho que merecem uma resposta. Isso leva-nos a que não se tomem decisões precipitadas relativamente à adesão ao Programa “Aproximar a Educação”. Nos meios da comunicação social vi, que o Conselho de Ministros já aprovou o Programa “Aproximar a Educação” e que só falta sair no Diário da Republica e que brevemente vão entrar em conversações com 10 municípios para implementarem esse projeto. A minha questão é a seguinte: Existem aqui dúvidas, nomeadamente a questão dos 25% no currículo; Se vai-se dar primazia a uma determinada área específica, será que se vai cortar numa outra disciplina ou não vai mexer? Continua a haver um

currículo uniforme a nível nacional? Uma questão muito direta: Vai ou não continuar as conversações entre o Município e o Ministério da Educação? Para clarificar essas dúvidas, ou seja, independentemente do Conselho de Ministros já ter aprovado o projeto e só estarem à espera de ele sair em Diário da República, este projeto, este plano não é um ato consumado? É suscetível de conversações? =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente do Conselho Nacional da Educação – professor David Justino, para responder às questões colocadas. =====

===== O que foi ontem aprovado em reunião de Conselho de Ministros é o Quadro legal que baliza a experiência de descentralização em Educação, Saúde, Cultura e Segurança Social. E portanto, se nós formos ver a parte da educação, é muito pouco, enuncia os princípios genéricos. O que é importante é o contrato, que está em aberto, está para propostas, e em especial os anexos ao contrato porque tem um conjunto de requisitos que concretiza aquilo que está no contrato. Essa é que é a parte importante, porque é a mais substantiva. A informação que tenho: é que não é obrigatória que os contratos sejam iguais para os dez Municípios. Os contratos podem em função da negociação que se tem, em função da especificidade de cada concelho (dos dez), pode haver contratos diferentes. Resultante precisamente da negociação e da discussão que possa existir. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor professor Leonel Martins, para concluir a sua intervenção. =====

===== A minha intervenção final é o seguinte: Costuma-se dizer que: Quem não se sente não é filho de boa gente. Eu sou professor do ensino público. Tenho imenso prazer em ser professor do ensino público. Reconheço que na minha classe, há bons professores, há menos bons professores e há outros menos, menos, bons professores. Tal e qual como em todas as profissões. Tal e qual como, há bons médicos, há maus médicos, há bons autarcas, há maus autarcas. Agora, eu não posso fazer uma comparação e dizer assim: No ensino público - há bons e maus; No ensino privado - são bons. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor professor José Carlos Soares, do Agrupamento de Escolas Ferreira de Castro. =====

===== Boa noite a todos. Cumprimentar o Presidente o da Assembleia Municipal e muito particularmente o professor David Justino, com o qual já estivemos em setembro na abertura do ano escolar. Eu sou professor no Agrupamento de Escolas Ferreira de Castro, concelho de Oliveira de Azeméis, e também estou aqui para contribuir para a discussão e para uma maior

clarificação do assunto. Antes de mais, quero dizer, também, quero fazer parte, acho que os professores querem fazer parte, não do problema mas da solução. Eu gostaria de iniciar esta minha intervenção com as palavras que ouvi à Ministra da Finanças, em agosto do ano passado, ela dizia o seguinte: “ Há também a questão o Programa Aproximar, que visa fazer uma reorganização do serviço de proximidade em conjunto com as autarquias locais e que, sendo um processo de negociação mais complexo, acabou por não produzir ainda efeitos concretos mas que dará poupanças adicionais e levará com certeza a um maior número de pessoas colocadas nos programas de requalificação.” Estas palavras da Senhora Ministra das Finanças associada a declarações como: “... poupanças de setecentos e cinquenta milhões de euros na educação, para o próximo ano”, que é este que está a iniciar-se. A mim, deixou-me muito preocupado. Porque este programa Aproximar tem claramente uma função - financeira. Quero também denunciar aqui o processo tratado a nível nacional, não estamos a falar concretamente Oliveira de Azeméis. A nível nacional eu diria: senti-o eu, pessoalmente, e penso que outros agentes o sentiram como um processo tratado, eu não diria só com descrição, mas também com algum secretismo. Eu acho que houve. Porque os documentos da primeira versão não foram fornecidos, apareceram na Internet, ocasionalmente, penso que por uma distração de um Autarca que, inocentemente, achava que as pessoas deviam ter acesso para haver uma discussão: Como é que se pode discutir um assunto, se não temos uma base, se não temos um documento sobre o qual discutir. Esta discussão depois iniciou-se. E penso que não foi má vontade, nem foi, sequer, má-fé dos Autarcas. Acho que não. Penso que as diretivas poderão ter vindo de cima, do governo, que assim começa a entregar e não queria dizer presente envenenando mas qualquer coisa parecido com este. Eu vou tentar ser sintético daquilo que queria dizer: Os professores de Oliveira de Azeméis, não são poucos, são bastantes, estão preocupados, estavam preocupados e discutiram e pediram ao professor e Vereador Isidro Figueiredo que fossem recebidos para entregar a sua preocupação que, depois, se manifestou num abaixo-assinado. Esse abaixo-assinado ia acompanhado de um texto com as seguintes razões que, são razões globais e não se prende com o Município, prendem-se com o país. Porquê? Os professores estão preocupados. Primeiro: Acham que o Estado se desresponsabilizou, porque cumpre ao Estado a função de garantir equidade e a igualdade de oportunidades a todos os cidadãos, assegurando iguais competências nos finais dos respetivos ciclos, cursos, a todos os alunos que frequentam o ensino público. E estamos a ver que agora esta entrega destas competências da saúde, cultura e também educação está a ser feita às Autarquias num processo que me parece de, desresponsabilizar o Estado, esvaziar um pouco o estado social. Segundo pretexto: A propósito de promoção de uma diversificação de oferta educativa e formativa e definição de planos curriculares; Que a possibilidade de incluir componentes curriculares na responsabilidade até a percentagem de 25% do currículo. Municipalização ou a descentralização da educação corre o risco de promover um currículo espartilhado, num país que é tão pequeno, que poderá atacar a unidade e a homogeneidade de um currículo universal. Ainda que, admito, e acho que devemos admitir, seja desejável haver

uma capacidade de ajustamento às realidades particulares do contexto de cada escola/agrupamento, permitindo situações de adaptação a circunstâncias particulares a cada um deles. Eu admito essa possibilidade. E penso que é, até, desejável dentro das possibilidades e dos limites da razoabilidade. Terceiro argumento: É inaceitável que o ensino público...; - Este argumento já foi retirado do atual documento, mas nós colocamo-lo porque estava lá no primeiro documento. É inaceitável que o ensino público se possa pautar por critérios de eficiência económica que se traduza na promoção de contrapartidas monetárias às Câmaras em troca do despedimento de professores. - Este saiu. E desde o início que, de facto, a Câmara Municipal colocou fora este argumento. E bem. E penso que muito bem. Quarto argumento: Em Portugal o histórico de transferência de competências para as Autarquias sempre se traduziu em problemas de financiamento, tendo como consequência a insuficiência de materiais e fragilidades nas respostas ao nível Autárquico. Eu faço referência ao relatório, - que deverão conhecer -, que é um relatório final da avaliação da descentralização de competências da educação para os Municípios, de abril de 2012 - Eu penso que não há um posterior - penso que será o último - Que diz o seguinte (página 105): “Que o problema fundamental (isto é um relatório sobre o processo de descentralização já feito desde 2008) advém da questão financeira, quer no que concerne à verba fixa enviada pelo Ministério da Educação para a construção/ manutenção dos equipamentos escolares (vista como insuficiente), quer ao rácio definido pela Portaria que atribuiu um dado número de funcionários não docentes, que para a maior parte dos municípios fica aquém das necessidades. Quarto: Pessoal não docente: A inclusão nas escolas sem formação específica na área da educação ou, também, uma provável mobilidade constante entre agrupamentos, o que criaria uma instabilidade e pondo em causa a qualidade do trabalho prestado. Devo dizer que há funcionários nas escolas que, apesar de trabalharem mais de 5 tempos, estão agregados às escolas, preferem ficar e continuar agregados a elas. Há uma insatisfação que me parece grande. Nesse encontro, o Senhor Vereador também nos respondeu. Eu disse que: - Não assumiria a delegação de competências dos professores; Também disse que: - Não assumiria contrapartidas financeiras para as Autarquias em troca do despedimento de professores. - E que não mudaria funcionários de escola ou de agrupamento. Insisti, porém, na percentagem de currículo de componente local, no máximo 25% e na contratação de professores para esse tipo de prestação de serviços. Devo dizer que correm-se alguns riscos que passarei a enumerar muito sucintamente: Primeiro – A questão do financiamento. As Autarquias têm tido muitos problemas. Tem havido várias notícias, tem saído nos jornais públicos, toda a gente tem lido, que há Autarcas que se queixam e que prometem, para já, rasgar os contratos que tinham com Ministério tendo em conta a insuficiência das verbas afetadas, que deviam ter vindo e não vieram, sobretudo para o pessoal não docente. Como é que isto vai acontecer com as Autarquias que estão endividadas, altamente endividadas devido a uma má gestão financeira que foi um dos fatores avançados pelo Governo como desequilíbrio das contas públicas e, de repente, passe a ser a solução da eficácia e da eficiência. Um segundo risco que se corre: O aumento da insatisfação do pessoal não docente.

Terceiro risco: Algumas Autarquias entregarem serviço de responsabilidade pública a entidades privadas como aconteceu com as AEC'S. Eu devo dizer que, houve Municípios que entregaram estas AEC'S a entidades privadas, as quais, como consequência, promoveram o pagamento à hora, aos professores que as davam, a três e quatro euros; Portanto, inferior a uma empregada doméstica; E houve professores que aceitaram e que prestaram este serviço. Quarto risco: A perda de autonomia dos Agrupamentos. Seja, no crédito horário, na gestão curricular, na constituição de turmas, parcerias e protocolos ou até no recurso de matérias e no pessoal não docente. Quinto risco: Um esvaziamento do poder deliberativo das Escolas perante um reforço excessivo do poder deliberativo do órgão Autárquico. De certa forma há aqui uma centralização disfarçada de descentralização. Se de facto as competências forem assumidas pela Autarquia, em detrimento de uma determinada autonomia das Escolas, há um certo esvaziamento da própria Direção das Escolas. Do mesmo relatório final da avaliação da descentralização 2012, faço a citação: "As Escolas só 18% consideraram ter havido melhorias; 65% das Escolas consideraram suficiente e excessivas as competências transferidas para o Município e, consequente insatisfação do pessoal não docente." Desta decorrência poderá haver o risco da intromissão da Autarquia nas Escolas e, se não o favorecimento de um Agrupamento de Escolas em detrimento de outros, se houver essa intromissão político-partidária. Devemos refletir também sobre a realidade que se passou também noutros países, eu não conheço bem a história da municipalização e da descentralização noutros países, tenho lido algumas notícias: No Brasil, correu mal; Inglaterra e Suécia estão a refletir sobre o assunto e admitem reverter a situação, por não ter corrido assim tão bem. A descentralização não deve ser decretada e imposta, por vir de cima, deve ser dialogada. Tomo as palavras de um antigo ministro da economia. "Uma verdadeira reforma do estado que torne as nossas contas públicas saudáveis e sustentada, não deve ser feita contra os funcionários públicos ou contra o serviço público. Uma verdadeira reforma do estado terá de incentivar a autoestima dos funcionários públicos. Uma reforma da administração pública tem que ser feita com os funcionários públicos e não contra eles. Porquê? Porque toda e qualquer reforma que esteja contra os funcionários públicos, está condenada ao fracasso." - São palavras do antigo Ministro da Economia e do Emprego - Dr. Álvaro Santos Pereira. Deixava aqui umas propostas para não pensarem que os professores; neste caso - eu pessoalmente, não temos algumas propostas. A minha proposta: Se continue a dialogar, a debater e a discutir muito. Porque este assunto está, de facto, no início de um debate na comunidade; Já foi debatido em algumas especialidades; Mas a comunidade continua a não ter conhecimento disto. E, que, parece-me cedo para assumir um contrato em, fevereiro, em março sem ter estas premissas e sem ter este assunto bem discutido. Acho importante o reforço do Conselho Municipal da Educação, tanto em representatividade como em poder vinculativo: Penso que é muito importante. Acho importante: O fortalecimento das relações e do diálogo entre a Autarquia e os Agrupamentos de Escolas, muito importante; E aquela cláusula, décima quinta (15ª), da nova proposta, em que se previu a criação de um órgão permanente com participação responsáveis do Município e dos Agrupamentos, porque as Autarquias são um

parceiro muito importante para as Escolas para que se faça uma educação que não é apenas por decreto e sem dinheiro mas, sim, com muito investimento financeiro e humano, com muita responsabilidade, com muita participação e com muito comprometimento. Muito obrigado. ===

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor professor Mário Luís, do Agrupamento de Escolas Ferreira de Castro. =====

===== Muito boa tarde, Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Muito boa tarde a todos. Eu acho que esta reunião, - é a primeira Assembleia Municipal onde eu estou, se pautou por duas coisas que são, por um lado, contraditórias, mas por outro lado, muito interessantes. Contraditórias, porquê? Acho que o gesto de Assembleia Municipal, com toda a democracia, com uma alta civilidade, como temos visto até agora, e com uma grande transparência e a possibilidade de todos falarem, é um gesto democrático do maior valor que eu desconhecia. E, portanto, para mim apraz-me imenso que do ponto de vista político as coisas possam ser discutidas com este nível, é muito interessante, e com este grau de democraticidade. E aproveito para agradecer ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal o gesto que teve. Em segundo lugar: Paradoxal, porquê? Porque, temos aqui o exemplo vivo daquilo que há de pior, também, no aspeto da municipalização. E, eu chamo-lhe municipalização, não lhe chamo transferência de competências porque as transferências de competências em grande parte estão a ser transferidas para o Município. E é essa a questão que se coloca de resistência a esta proposta. Isto porquê? Porque estamos numa Escola. E estamos nesta realidade que é uma Escola. Pela primeira vez eu assisto a uma coisa que nunca tinha assistido até hoje, que é estar a debater a Escola e os partidos políticos estarem a debater a Escola dentro e uma Escola. Isto é: Eu achava que era interessantíssimo do ponto de vista pedagógico, do ponto de vista da cidadania, da participação democrática, nós estarmos e alunos todos estarem presentes numa Assembleia Municipal; Eu, como cidadão, tenho já alguns anos, nunca tinha assistido a nenhuma Assembleia Municipal. Eu achava isso interessantíssimo para debatermos outra questão: É evidente que quando fala nas comunidades escolares, nas escolas, na questão da municipalização do ensino: É logo, imediatamente, o primeiro ponto a, apontar - desculpem, sublinhar nesta questão, e não é como o Senhor Dr. David Justino dizia, - “nós queremos o patrão longe”; De maneira nenhuma; Não temos problema nenhum; Nós somos bem vistoriados, analisados. - Eu sei, eu sei; - Eu estava lá; - Eu sei muito bem. Mas eu vou dizer de outra maneira: De facto as Escolas querem, não a política, é os partidos políticos o mais longe possível. Isto não tem nada a ver com a diabolização dos partidos políticos. Portanto o nosso problema não com o Dr. Herminio Loureiro, não é o Engº Joaquim Jorge que poderá eventualmente vir a ser o candidato, não faço a menor ideia, não sei, do PS, não é com o candidato do CDS, não, não é nada disso. É sim, de facto, para um professor, a política partidária, é sagrado, não pode entrar numa sala de aulas. Os senhores estão a imaginar como país, chegarem amanhã, ou hoje, chegarem a vossa casa e dizerem assim: O professor Mário

Luís disse que houve ali o senhor (vou-me dispensar de dizer o nome) que era da esquerda ou da direita e falou muito bem. Os senhores, então, podiam chegar a casa e dizer: Então, se faz favor vais dizer a esse professor que eu lhe vou instituir um processo disciplinar, porque esse senhor está a introduzir uma coisa que nunca deveria ter introduzido, que é: Uma circunstância, não é política, é partidária dentro da sala de aula. Sendo assim, de facto, este posso dizer professor David Justino e Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara e Senhor Vereador, também, porque não há aqui nada de diabolização, este é fator que é, de longe, automaticamente, o maior fator de questão relativamente a este processo. Podem nos perguntar assim: Então, os senhores são contra o Município ou têm algum problema com o senhor Dr. Herminio Loureiro, com o professor Isidro Figueiredo? Absolutamente nenhum. Rigorosamente nenhum. Agora, que para nós não é importante ter o patrão ao longe, mas é muito importante ter os partidos políticos ao longe? Ai isso pode ter a certeza que sim. Não é para nós; Para mim é indiferente; Eu até podia jogar com isso pessoalmente; Não é essa a questão. Eu como professor, eticamente, é me impensável conduzir os meus alunos a uma qualquer ação de repúdio ou de aproximação a um partido político. Isto é impensável. Para nós é absolutamente impensável. Portanto, significa isto que: Essa é a nossa primeira questão. Duas questões que eu gostaria de lançar ao mesmo tempo. Falou-se muito na municipalização do ensino. Mas o problema não é esse. O problema é como se diz agora, modernamente, há um pacote completamente definido: O ensino; a saúde; A segurança social; A cultura. E o que perguntamos é o seguinte: Senhor professor David Justino, de facto, acha que é pouco falar deste processo só na municipalização do ensino? Ou seja: quando o Senhor professor David Justino diz: - não se deve tratar de uma forma ideológica este processo. Não está ele todo eivado desde o início de uma clara preponderância ideológica - pergunto eu? Essa é uma questão. Para a Autarquia: Eu tive o grato prazer de ouvir o Senhor Dr. Hermínio Loureiro e suponho que mais 4 Presidentes de Câmara, num programa da “Antena 1” e, por acaso, registei uma coisa que me deixou curioso e que é a seguinte: Senhor Dr. Herminio Loureiro espero que compreenda que não há nenhuma réstia de cinismo nisto - eu mesmo achei estranho - é o seguinte: Todos, os presidentes de câmara que falaram anteriormente ao Senhor Dr. Herminio Loureiro e o Senhor Presidente foi o último e depois só falou o professor Paulo Binoti, referiram que o maior receio que tinham, mas foram absolutamente claros, era na questão do envelope financeiro que está inerente. E, que, por acaso, é exatamente coincidente com o que se está a passar com o parecer da Associação Nacional de Municípios, que os representará certamente. Portanto é evidente que o nosso medo é exatamente aquele que dos seus antecessores, por exemplo o Dr. Herminio Loureiro não sublinhou essa situação; Eu estava sozinho, aliás, a ouvir o programa, e fiquei admirado. E portanto essa é a questão que, de facto, também, nos motiva, que é exatamente esta: É, sabermos que tudo isto (como o meu colega Zé Carlos há bocado estava a dizer) está envolvido numa questão clara que é: esvaziamento das funções sociais do Estado, melhor dizendo: desresponsabilização. Não é de esvaziamento porque ele vai pagar às Autarquias. Perguntava também ao Senhor Vereador da Educação professor Isidro Figueiredo,

ou ao Senhor Dr. Herminio Loureiro, - perguntava só esta questão: Não há aqui, de facto, nenhuma preocupação no garrote financeiro do Estado sobre a Autarquia? Muito obrigado. ==

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor professor Carlos Matos, do Agrupamento de Escolas Ferreira de Castro. =====

===== Gostava de afirmar que estive, desde o início, na Ferreira de Castro, também no debate deste problema e quero também dizer aqui com toda a sinceridade; Não temos nada contra vocês. Absolutamente nada. Simplesmente dar um contributo que achamos que é demasiado importante. E gostava de fazer uma pergunta objetiva ao Senhor Presidente ou ao Senhor Vereador que é esta: Se, eventualmente, avançar, este processo, vamos manter os cinco Agrupamentos ou vamos mexer nos Agrupamentos? Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para responder às questões colocadas. =====

===== Os Municípios que contratualizarem os acordos com o Governo neste processo de descentralização, os 10, os 8, os 12, quantos forem, depois, têm uma garantia por parte do Governo que é a estabilidade dos Agrupamentos. A discussão dos Agrupamentos vai voltar à mesa da discussão, exceto nos Municípios que aceitarem e assinarem o protocolo de descentralização. Esses estão salvaguardados. Até porque, se é uma experiência piloto: não faz sentido que a meio de uma experiência piloto mudem as regras. Isto foi uma das questões que nós colocamos diretamente á equipa do Ministério da Educação. E eles garantiram-nos que, aos Municípios que entrassem, já não se mexe nos Agrupamentos. Relativamente ao resto: já não podiam dar essa garantia. Portanto, a responder objetivamente à questão que foi colocada. A outra questão que foi colocada tinha a ver com a questão do envelope financeiro. O envelope financeiro é, naturalmente, uma das premissas, também, importante no processo negocial. Porque isto é a mesma coisa que o processo de descentralização da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia, importa pouco passar competências se não passar o envelope financeiro correspondente, para que as pessoas possam exercer a sua atividade. E, portanto, também aqui nós temos a nossa equipa financeira da Câmara Municipal a estudar as matrizes, a estudar as propostas, para se perceber o que é que está em cima da mesa. Não é um processo fácil. O professor David Justino, conhece bem essa situação, porque esteve já do “lado de lá” (entre aspas - se há lado de lá e lado de cá) mas enquanto ministro ele próprio sabia; porque eles têm lá umas pequenas equações que só eles é que sabem e carregam lá na tecla e diz-lhes quanto é custa (em termos de valor) o município a), b) ou c). E nós não temos. Isto é como nos impostos: Eu se quiser saber, não sei se têm essa noção, qual é que o valor da Derrama, como é que me chega o dinheiro da Derrama ao Município de Oliveira de Azeméis; As finanças, não me dão esse valor, dizem que é sigilo fiscal. Eles transferem, não sei quantos milhões num ano e não sei

quantos milhões no ano seguinte. Eu pergunto: - Mas porque é que é esta diferença? E eles: Não podemos dizer. Essa é uma das grandes lutas da Associação Nacional de Municípios, do ponto de vista da transparência e da questão do financiamento do lado da receita para os municípios. E portanto, esta parte, também é uma parte muito importante. Os senhores professores, que falaram nesta matéria, têm toda a razão. Não faz sentido assumirmos mais responsabilidades, se não tivermos também o respetivo envelope financeiro, ou seja, se isto for provocar défice no orçamento municipal. O princípio da neutralidade orçamental é uma das premissas que está em cima da mesa, agora, do ponto de vista das regras públicas, do ponto de vista do financiamento. Mas isto não é para os municípios ganharem dinheiro ou para os municípios perderem dinheiro. O que importa aqui é uma repartição justa. E, o Ministério da Educação, aí, tem que ser totalmente transparente no tal envelope financeiro. Mas essa também foi uma questão que nós colocamos desde o primeiro dia. Eu e o Senhor Vereador Isidro Figueiredo na primeira reunião em que estivemos, em Lisboa, colocamos dois assuntos em cima da mesa: Um: É que não queríamos a gestão dos professores (ponto final, parágrafo). Mas fomos claros e objetivos. Fomos dos primeiros a dizer isso: - "Não queremos." E a outra é: Qual é que é o envelope financeiro? Quisemos perguntar quanto é que nos iam transferir, para podermos, naturalmente, fazer contas. Porque não vamos estar aqui a criar nenhum fator de endividamento, para a Câmara Municipal, nessa matéria. Portanto, eu aqui também queria, de alguma forma, tranquilizar. Do processo negocial essa será uma das vertentes. Uma última nota, para dizer que eu também me congratulo pela forma como este debate, esta Assembleia Municipal temática, decorreu. Porque foi extremamente enriquecedora e pudemos recolher um conjunto significativo de questões relevantes para este processo. Até porque, o processo não está fechado. O processo não está fechado. Há o compromisso de voltar a discutir em sede de Executivo esta matéria, naturalmente, com mais pormenores, com mais dados para que possamos todos sem exceção; E, neste caso, quem tem que deliberar. Porque isto é como tudo na vida: Há um tempo de discussão; Depois, há um tempo de decisão. Nós não podemos andar eternamente a discutir. Depois, há um tempo em que temos de decidir. E portanto, eu acho que, isto é uma grande oportunidade para o Município, é grande desafio mas não será uma oportunidade a qualquer custo. E deixem-me dizer o seguinte também, se isto de alguma forma vos pode tranquilizar: Acho que já demos mostras disto ao longo dos últimos tempos: Também aqui não haverá, de forma alguma, nenhuma obediência político-partidária. Não há (ponto final, parágrafo). Até que este processo está a ser discutido com Presidentes de Câmara de diferentes partidos políticos. A questão aqui é: nós temos de pensar na educação; temos que pensar nas crianças, nos alunos, nas escolas, na nossa comunidade escolar, essa é que é a nossa principal preocupação: Se este processo vai melhorar ou não; Se vai melhorar a educação do nosso concelho ou não? Eu acho que essa é que tem que ser a nossa principal preocupação. E acho que hoje foram dados aqui contributos muito importantes que nos permitem naturalmente tranquilamente quando for o momento de decidir podermos decidir. Muito obrigado. =====

===== *Para terminar a Sessão o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====*

===== *Muito obrigado. Eu, para encerrar esta Assembleia, queria desde já agradecer a postura de todos e um particular agradecimento pela disponibilidade, pela sensatez e pelo vir cá “dar cara”, ao professor David Justino. De qualquer maneira, sabe perfeitamente que poderá sempre contar com Oliveira de Azeméis e que será sempre bem-vindo. Agora, dar-lhe-ia a palavra, para encerrar esta Assembleia. =====*

===== *Ainda bem que me dá a palavra. Estava a ficar preocupado. Eu disse, claramente, que me represento a mim e as minhas ideias. O vir “dar a cara”: Cuidado. Aliás, nem poderia fazê-lo. Deixem-me só fazer dois ou três comentários rápidos. Focou-se aqui o problema das autarquias do estado. As Autarquias pertencem ao Estado, não sei se sabem, não esquecer isso. As Autarquias pertencem ao Estado, são Estado. Porque, às vezes esta distinção é Estado Central e Estado descentralizado. Isso é outra coisa. Segunda coisa: Se eu quisesse despedir professores; eu jamais descentralizaria. A ideia que foi aqui expressa e reproduzida da Senhora Ministra das Finanças, se ela pensa que um Programa Aproximar de descentralização de competências vai permitir aumentar o número de professores que vão para a requalificação: Ela não percebe nada do que é que está a fazer. Digo isso muito sinceramente. Se eu quisesse reduzir despesa: teria toda a vantagem em manter os sistemas todos centralizados. Porque é muito mais eficaz. Ai daquele Ministro que querendo reduzir despesa descentraliza. Não tem sentido absolutamente nenhum. Portanto, essa declaração da Senhora Ministra da Finanças, eu confesso que não a percebo. Segunda coisa que eu acho que é importante: Quando nós falamos poupar no Orçamento; Não esqueçamos uma coisa: Dois terços (2/3) das reduções feitas nos últimos 2, 3 anos, no orçamento, têm a ver com cortes transitórios de vencimentos. Não esquecer isso. Porquê? Porque se algum Governo, a seguir, quiser repor: a despesa em educação dispara imediatamente. Portanto, não esquecer isso. A aparente quebra do valor no orçamento deve-se à redução dos salários dos professores e inclusive o meu. Portanto, cuidado, porque a gente pensa que já reduziu – reduziu. Não, não. À primeira “pedra” aquilo dispara novamente. Porquê? Porque cerca de 75% a 80% do orçamento são salários. Portanto, devemos ter isto em atenção e é por isso que eu não entendo as declarações e fez bem em citar. Mas não tem qualquer sentido, porque num caso destes é melhor controlar a despesa por via de medidas centralizadas, do que através de medidas descentralizadas porque isso não controla nada. Nesse aspeto até acho que há uma contradição em quem quer as duas coisas ao mesmo tempo. Eu sou professor numa Universidade pública e sempre o fui. Aliás, já fui professor em duas Universidade e sempre foram públicas. Nunca ensinei em Universidades privadas. Nunca. Agora, também há grandes defensores das Universidades públicas que dão aulas nas Universidades privadas em acumulação. Não entenda a minha crítica, relativamente ao problema do público e do privado; Isso para mim é irrelevante. Aquilo que me interessa é que há bons professores, felizmente; e que há maus professores; como em todas as profissões. Agora, nós temos aqui uma*

responsabilidade maior. E eu como defensor da escola pública, ao contrário do que muitas das vezes é a minha fama, eu entendo que deve existir escola pública mas também não sou contra a escola privada. Agora com estas coisas vamos acabar com a escola privada: Não. A escola privada está lá e tem a sua razão de ser. O que não posso aceitar é que os mecanismos e os instrumentos de gestão que a escola privada tem, não possam também ser utilizados na gestão da escola pública. E, depois, chegamos ao final do ano e comparamos os resultados: Olha, os privados tiveram isto. Não esquecendo que os instrumentos de gestão que um diretor de uma escola pública tem, nem metade do poder que tem numa escola privada. E o problema é saber: queremos continuar assim ou não? Em que é que nós podemos melhorar os instrumentos de gestão? A minha preocupação é essa. E digo um a coisa muito sinceramente e já o disse publicamente e volto o a reafirmar: Se a escola pública quer ser uma escola de referência; vai ter a coragem e a obrigação de escolher os melhores professores. Porquê? Porque os melhores professores querem dar aulas em escolas públicas. E como todos querem dar em escolas públicas, então, o Estado tem a obrigação de escolher os melhores. E para isso precisa de os seleccionar de acordo com critérios transparentes. Não pode ser isso para todos. Se nós temos mais oferta porque temos necessidades. A responsabilidade de um político, não é deixar entrar aquilo de enxurrada, é definir critérios e só entram aqueles que são mesmo bons. Nós andamos sempre a falar na Finlândia e nos Países Nórdicos. Na Finlândia, em cada 100 candidatos a professores, só entram para o ensino público 9%. Mas aqueles que entram são mesmo bons. Eu não estou a dizer que vamos fazer isso. Tem que haver critérios de exigência relativamente ao recrutamento de professores. Tem que haver. Porque se não houver, então, estamos a enterrar a escola pública. Porque estamos a permitir que pessoas que não têm competência profissional para ensinar na escola pública o façam com as mesmas condições, com o mesmo ordenado que fazem pessoas competentes e que são muito melhores professores do que eles. Quando eu sou confrontado com colegas meus, que são manifestamente incompetentes, a quem eu nunca daria, se calhar, a licenciatura e se calhar já são doutorados ou catedráticos. Eu sinto-me revoltado com isso porque farto-me de trabalhar e acho que sou competente naquilo que faço e o tipo ainda ganha mais do que eu e, mais, ocupou-me uma vaga e agora ainda sou professor auxiliar e nestes anos todos sou professor auxiliar com agregação, é a última categoria, mas nunca mais chego a catedrático e estou tramado. E porquê? Por um tipo que está a minha frente e, foi meu aluno, ainda por cima. Portanto, eu acho que os critérios de mérito têm de existir. Agora, eu sei que, isto é difícil, não é fácil trabalhar isto. Agora, tenhamos, ou não tenhamos, a coragem de dizer que não somos todos iguais. E isso para mim é a questão importante. Se existirem falhas nos financiamentos: Denunciam os contratos. Se o Ministério não cumprir com aquilo que está no contrato: denuncia-se o contrato, é tão simples quanto isso. Volta tudo à estaca zero. Qual é o problema? Desde que não haja danos irreversíveis no processo, como se costuma dizer: isso é que temos de acautelar. Não pode é haver danos irreversíveis. Por exemplo, estes problemas dos contratos com as escolas do ensino especial, com o atraso nos pagamentos ou, então, no caso dos conservatórios, também: Se os senhores não estão a cumprir o contrato, eu denuncio o

contrato e vai para tribunal. O grande problema é que estas escolas vivem exclusivamente de subsídios do estado e não podem fazer isso. Porque se fizerem isso fica sem sustento. No caso das escolas públicas, isso não acontece. Eu acho que a posição não é má. Relativamente à despartidarização da escola: Eu concordo consigo, nomeadamente para dentro da sala de aula. Agora, para dentro da escola, é um bocado diferente. Porque o colega sabe perfeitamente que há sempre uma dimensão partidária na vida da escola. Você sabe isso. E até sei que muitas vezes há pessoas que, são diretores de escola, para fazer oposição ao presidente da câmara e vice-versa. A gente sabe isso. Quem não conhece o País? Eu conheço muito bem. E sei das guerras entre as escolas e os partidos. Eu não tenho problemas. Eu prefiro compreender isso do que pensar que a minha escola é inodora, incolor e que é imune a esse tipo de coisas. Porque, se eu penso assim, muito provavelmente estou a ser enganado e estou a ser ingénuo, relativamente a isso. Porque a vida partidária faz parte de nós todos. Agora, o problema é que tem que haver ética – tem que haver rigor. Que é uma coisa diferente. E não por causa da vida partidária que há falta de ética ou falta de rigor. Porquê, também aí, é como em tudo: há bons políticos e há maus políticos. Senhor doutor, sinceramente, eu sou muito sincero consigo: Eu não tenho medo da vida dos partidos dentro da escola. Eu tenho é que saber lidar com isso. E, acima de tudo, não afetar os meus miúdos precisamente para essas questões. Porque, eu fui presidente de dois Conselhos Gerais e fui confrontado sistematicamente com lutas partidárias dentro do Conselho Geral e entre grupos de professores. Depois, vem-me dizer que não podem entrar os partidos políticos dentro da escola? A gente sabe que eles estão lá. E, então, quando se mete partidos com sindicatos, é ainda pior. Eu acho que se tem de ser realista com isso. Agora, velar por uma deontologia da nossa profissão como professores, como diretores, e por uma ética da escola: Ai eu subscrevo completamente que ponha de parte questões desse tipo e que se faça valer aquilo que é o valor supremo que é - o interesse do miúdo e o interesse da aprendizagem. E vou acabar porque também eu concordo e aceito que a forma como coloquei o problema da descentralização pode ser uma questão ideológica. Mas a sua se pretende ser neutra: Não o é. Pois não? Então, pronto, estamos entendidos. Portanto, dimensão ideológica há porque todos nós temos uma visão do mundo, não é? Todos nós somos orientados por determinada concessão da vida. Temos uma matriz cultural que nos ajuda a pensar o que fazemos aqui, enquanto cá estamos, não é? Relativamente ao envelope financeiro: No meu tempo, meu tempo - é há 12 anos, e isso revela bem a alteração dos tempos, falava-se de “mochila”. Já passamos de uma “mochila” para um “envelope”. Portanto isso está mesmo mau. Na altura falava-se “mochila”, agora, fala-se “envelope”. E eu acho que isto é o sinal dos tempos. E portanto cada vez vamos ter mais “envelopes e menos “mochilas”. E temos de saber lidar e viver um bocado com isto, sabendo que é o dinheiro dos contribuintes que nós estamos a gerir, seja um político, seja um diretor de escola, seja o que for. E acho que essa dimensão ética do dinheiro também é importante. Muito obrigado. =====

===== *E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a Sessão, eram vinte e duas horas, da qual para constar se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos constituintes da Mesa.* =====